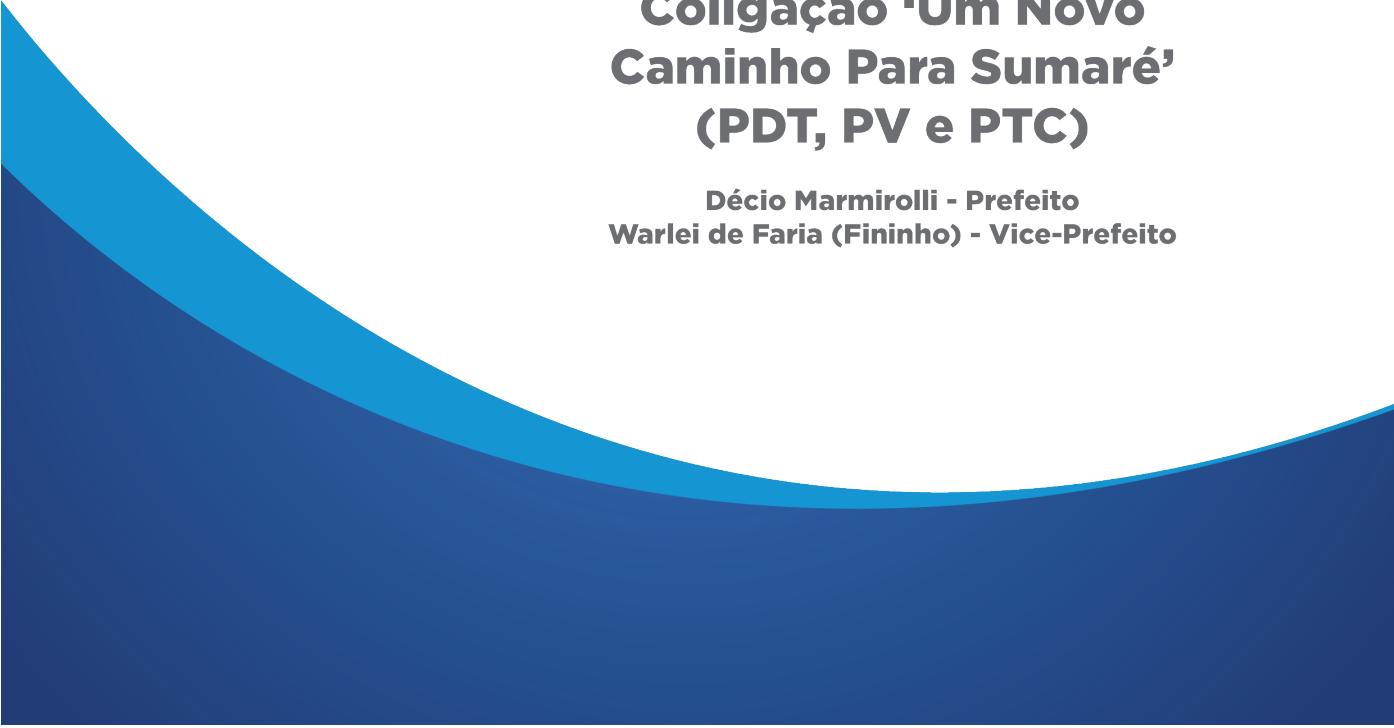




PLANO DE GOVERNO 2021-2024

**Coligação ‘Um Novo
Caminho Para Sumaré’
(PDT, PV e PTC)**

**Décio Marmirolli - Prefeito
Warlei de Faria (Fininho) - Vice-Prefeito**



APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que a coligação “UM NOVO CAMINHO PARA SUMARÉ” (PDT, PV E PTC) apresenta o Plano de Governo da candidatura de Décio Marmirolli para Prefeito e Warlei de Faria (Fininho) para Vice-Prefeito da cidade de Sumaré.

Este Plano traz as diretrizes, os projetos e os valores para governar Sumaré nos próximos quatro anos. Ele oferece ainda uma visão de futuro da cidade e expressa como Sumaré deve se desenvolver do ponto de vista urbanístico, econômico, social, cultural e ambiental nos tempos vindouros. Apresenta propostas e soluções para os problemas imediatos e indica caminhos do futuro. Resgata, assim, a importância do planejamento, com o objetivo de iniciar um novo ciclo na história política e administrativa da cidade e evitar que o espontaneísmo e a especulação continuem norteando a construção de uma cidade caótica e desequilibrada econômica, social e ambientalmente. As experiências profissionais e pessoais do Vereador Décio Marmirolli e de sua equipe, e os inúmeros diálogos com os atores que possuem formação técnica específicas em áreas de atuação que perpassam a administração municipal, foram considerados neste documento, além de todas as ideias, necessidades e sugestões levantadas pela nossa comunidade sumareense, ao longo dos últimos quatro anos do mandato de vereador.

A proposta parte de um diagnóstico amplo dos principais problemas da cidade; constituindo-se, portanto, em propostas concretas e viáveis para solução deles, ou seja, crescer economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável. Para isto, iremos debater nossas propostas e esperamos receber contribuições e reflexões críticas de nossa comunidade em geral, para fazer de nossa cidade, a melhor cidade para se investir, viver e visitar. Por conseguinte, as propostas ora apresentadas no nosso Plano de Governo serão de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, visando assegurar-lhes a igualdade de oportunidades e de direitos, tendo a redução da pobreza como um desafio de todos e condição fundamental para a promoção do desenvolvimento humano, econômico e social, no campo e na cidade.

Este documento se propõe a demonstrar como pretendemos proceder, nossas ações e compromissos com os cidadãos sumareenses, em torno das ideias que visam, sobretudo, abraçar a causa do desenvolvimento social e econômico sustentável e da melhoria das condições de vida do nosso município. Não é um programa fechado, e sim um programa em constante construção onde os anseios da sociedade serão seu principal combustível.

Propomos um governo ousado ao apresentar soluções inovadoras, prioritariamente buscando uma redefinição urbanística, econômica e social para nossa cidade, com exemplos de projetos tais como o Parque Industrial na Rodovia dos Bandeirantes, o AGROMALL na Zona Rural, A VILLA VERDE na Região do Jd Picerno, o Hospital Municipal e Centro Médico da Mulher - CMM, o Centro de Referência do Servidor Público Municipal e outros.

A construção deste Plano foi orientada pela convicção de que só a participação democrática será capaz de enfrentar os graves problemas que a cidade de Sumaré apresenta.

Sumaré precisa mudar e os sumareenses querem mudança. Querem um prefeito que lidere a cidade rumo a um novo projeto que, temos certeza, está sacramentado neste documento. Querem um prefeito ativo, enérgico, que projete a cidade no Brasil e no Mundo. Que gere empregos, autossustentável, uma

cidade com mobilidade eficaz, saneamento justo, com cultura e esportes, e que possa se destacar na RMC como um novo conceito de cidade moderna.

E acima de tudo um Prefeito acessível, que escuta todos, que não se engessa em gabinetes. Um Prefeito que sai às ruas todos os dias, antes de iniciar sua agenda.

Ainda, é legítimo ressaltar que diante do cenário político-econômico, quase imprevisível que penaliza o momento histórico nacional, seria uma irresponsabilidade assumir promessas ou compromissos, ou garantir amplas mudanças no cenário municipal em curto prazo. O momento é de revisão e prudência.

Desta forma será possível elaborar objetivos realistas a curto, médio e longo prazo e adequar os já propostos. Não podemos onerar mais as atividades econômicas.

Precisamos utilizar os recursos disponíveis, com responsabilidade e transparência, para atender as necessidades mais imediatas da população e do município. Elaborar um plano de captação de recursos e empregos para desenvolver um Município economicamente forte e socialmente justo, oportunizando a melhoria e eficiência dos serviços públicos.

Palavra do Décio Marmirolli, Candidato a Prefeito

Prezados,

Estou concorrendo a prefeito porque Sumaré, neste momento, precisa de um líder com valores progressivos inquestionáveis e uma visão progressista para o futuro.

Estou concorrendo a prefeito para que, as próximas gerações, transformadas em cidadãos, tenham prazer em dizer que tomamos as decisões corretas.

Nascido em Sumaré, aqui criado, desde a minha juventude, escolhi aqui viver e realizar meus sonhos, mais do que os meus pessoais, os que sonhei coletivamente com tantos companheiros, amigos, familiares, os que compartilho com vocês, de uma cidade que tem a beleza e a tranquilidade do passado aliados ao desenvolvimento sustentável.

Que proporcione o bem-estar ambiental e social de quem aqui vive e trabalha. Uma cidade que se organize, pautada pela qualidade de vida de seus cidadãos desde o planejamento urbano e ambiental à consolidação das políticas públicas de educação, saúde, trabalho, lazer, cultura e esporte.

Uma cidade onde seja soberana a nobreza dos sentimentos de solidariedade, de cidadania, de respeito, de vida em comunidade. De cidadãos que tenham orgulho de ser sumareenses.

E os sonhos coletivos nos exigem atitudes coletivas, compartilhadas, e é por isso a nossa proposta de uma gestão participativa, que, baseada na escuta das críticas, conselhos, sugestões e opiniões, venham ao encontro das demandas da população.

Estou vereador há 6 (seis) gestões, e em todo esse tempo venho debatendo e enfrentando desafios que se tornaram imensos na administração municipal, reconhecendo-os, avaliando-os, e procurando soluções coletivamente, algumas de forma imediata e outras no longo prazo que elas exigem. Reconheço e lamento, como a maioria, que as soluções muitas vezes não sejam tão rápidas como desejamos. Mas, às vezes, o tempo das administrações é outro.

A complexidade das questões, a seriedade com o dinheiro público e a definição de prioridades compromete o andamento de operações, que a olhos de outros, parecem simples e corriqueiras.

Ressalto que conseguimos, neste período, conquistar inúmeros projetos em todas as áreas de governo, desde os incrementos nas questões de saúde, urbanismo, educação, estradas, cultura, esportes e mobilidade. Acreditamos que o gestor público não pode – e não deve – prescindir de todas as parcerias e planejamento voltados para a população, principalmente a mais vulnerável socioeconomicamente.

A história de nossa cidade, suas raízes, suas tradições, fazem de todos nós sumareenses, corresponsáveis pelo futuro de nossa Sumaré, e agradeço a Deus e todos que nos incentivam, neste momento, a ter a oportunidade de realizar os nossos sonhos à frente do município.

Precisamos dotar nossa cidade de uma energia política criativa, capaz de transformar a realidade, de uma energia política nova, transformadora, pautada em ideais humanitários, com a força do verdadeiro patriotismo, unindo nosso povo, articulando nossas regiões, trabalhando a inovatividade, melhorando a qualidade de vida.

Nada pode ser mais triste do que uma política exercida sem ideais.

A concepção de um Plano de Recuperação Municipal para nossa cidade deverá construir o caminho da sustentabilidade e do equilíbrio fiscal. A regularização das pendências financeiras é imprescindível para evitar o colapso dos serviços públicos.

Outro ponto a destacar é a valorização das equipes técnicas da Prefeitura, tão importantes com seus conhecimentos específicos e sua experiência pública. Escutá-los sempre é um dever a ser cumprido para a realização de um governo inteligente e eficaz.

Esse mundo novo nos pede inovação. Levante-se a consciência política de que o Brasil somos nós, os trabalhadores, os construtores da Inovação, os geradores de empregos, os devotos da ideia política de que “Não serve para governar quem Não vive para servir”.

Ao longo do último ano, Sumaré teve um salto de 278.571 habitantes para 282.481 hab., com uma taxa de crescimento de quase 1,4% de sua população de um ano para outro -2018/2019. A acolhida dos migrantes, principalmente provenientes do Nordeste, os brasileiros de todos os rincões povoaram a nossa periferia. Além dos assentamentos precários, surgiram dezenas de ocupações irregulares, que atualmente somam-se cerca de oito mil famílias em condições precárias de vida. Toda essa gente precisa de emprego, infraestrutura pública e social. Constituindo mão de obra valorosa que precisa ser absorvida.

Por isso os projetos de inovação e ampliação de nosso parque industrial, comercial e de prestação de serviços, são de vital importância para o desenvolvimento sustentável de Sumaré.

Outro ponto de muita relevância é a questão da mobilidade de nossa cidade. A principal deficiência é a falta de confiança das pessoas no transporte coletivo, o que faz com que elas optem pelo carro particular.

O Brasil é um dos países que mais tem condições de resolver a questão da mobilidade urbana: temos as tecnologias necessárias, programas de financiamento e a boa vontade por parte das empresas de transporte público, que estão dispostas a melhorar. O momento atual é bom!

O que falta para que esse cenário positivo se complete é a decisão política com comprometimento técnico para vencer as atuais barreiras. O sistema deve ser integrado para que possa atender às necessidades das pessoas. O segredo da mobilidade é ter um sistema que opere bem e que seja integrado a linhas de ônibus com serviços eficazes, além de outras soluções de superfície. Temos que usar tudo: desde o sistema regional, ao sistema municipal e até ao sistema ciclovitário, na era da sustentabilidade. O ônibus hoje é responsável por 70%, 80% dos transportes atuais.

A visão da cidade também carece de revisão: é preciso que as pessoas tenham uma visão inserida na cidade já que ela é uma estrutura de vida, trabalho, lazer, tudo junto. Não dá para pensar em definir a cidade sem pensar em local que mora, onde se trabalha, onde acontece o lazer, tudo junto, pois devemos considerar a cidade como “último refúgio da solidariedade”.

Portanto, a partir do conceito de Governança Pública, compreende-se para a cidade de Sumaré a incorporação de valores que necessitam ser disseminados no Plano de Governo nos níveis estratégico, gerencial e operacional compreendidos pelos programas, projetos e ações.

Nosso Plano de Governo de Sumaré para a gestão 2021-2024 detalha as ações que serão realizadas pelas secretarias, administração indireta e órgãos vinculados à administração pública municipal, dividido em sete programas:

1. Sumaré que acolhe e não Escolhe: Implantar, requalificar e manter ações e serviços de proteção, ordem, urgência e emergência em disponibilidade permanente para a população, com atenção especial as pessoas em situação de vulnerabilidade.
2. Sumaré Cidadã: Preconizar a união da população, através da articulação das regiões, com o objetivo de instituir e fixar a apropriação e pertencimento da cidadania sumareense, através da promoção do acesso aos direitos básicos de cidadania, por meio de ações intersetoriais voltadas ao desenvolvimento pleno do indivíduo e a integração com o meio, valorizando a diversidade de expressões e considerando a sustentabilidade de recursos.
3. Sumaré com Mais Saúde: Implantar e implementar sistemas integrados e intersetoriais que propiciem o atendimento necessário a busca de vida saudável da população.
4. Sumaré da Alta Tecnologia: Desenvolver e implementar soluções inovadoras a partir da tecnologia, buscando reaproveitamento dos recursos, com corresponsabilidade entre cidadãos, poder público e setor privado, que resultem em novas e positivas experiências da população, e qualifique Sumaré como cidade inteligente e atrativa para novos negócios.

5. Sumaré de Cara Nova: Promover a requalificação urbana e econômica da cidade através da modernização e integração das ações de planejamento, uso do solo, meio ambiente e infraestrutura direcionando os resultados a formalidade no trabalho, sustentabilidade e dignidade na integração do cidadão a cidade e região metropolitana.

6. Sumaré Acelerada: Proporcionar a requalificação da mobilidade urbana de Sumaré, direcionando esforços na busca por sustentabilidade econômica, agilidade, fluidez, conforto, segurança e intermodalidade, considerando sistema viário e transporte.

7. Sumaré a luz da Transparência: Buscar a efetividade das políticas públicas de maneira comprometida com a legalidade das ações, moderna e ágil, na busca por uma atuação renovada e transparente, direcionada à resolutividade, responsabilidade na comunicação e qualidade de atendimento aos cidadãos.

Estes sete programas estão divididos em três grandes eixos estratégicos. Os referidos eixos se consolidam como princípios norteadores da administração e por isso estão na essência da estrutura do modelo de gestão/governança pública que são:

Solidariedade: Concernente às ações e práticas que envolvem relações de interdependência entre pessoas, ações e projetos da população sumareense, com o Poder Público na busca por maior qualidade de vida. No âmbito do Modelo de Gestão/Governança, esta premissa pode ser traduzida por espaços cooperativos e colaborativos que alimentam a inovação. Envolvem relações entre os setores internos e externos do Governo Municipal. Pressupõe a incorporação de práticas interdependentes e a incorporação de novas formas de arranjos organizativos.

Sustentabilidade: Refere-se a ações e práticas relacionadas a interação do ser humano com o ambiente social nas dimensões relacionadas as questões sociais, políticas, energéticas, econômicas e ambientais, na direção da preservação dos recursos para as gerações atuais e futuras.

Responsabilidade: Onde situam ações e práticas relacionadas à melhoria do atendimento à população, por iniciativas de modernização, disponibilização de informações para garantia de transparência, reestruturação de setores e processos e oferta de serviços direcionados à efetividade. Aqui também são submetidos projetos que visam preparar e motivar os servidores para realização de ações direcionadas à inovação e bom relacionamento com os cidadãos. O Município não possui todas as respostas e a participação social deve ter como princípio o amadurecimento das relações do Governo Municipal e a sociedade, com corresponsabilidade, transparência social e participação.

A minha trajetória política até aqui não foi, como muitos podem pensar, só voltada à área central. Ao contrário, sempre estive atento e presente em todas as necessidades da comunidade como um todo.

Sempre mantive os meus propósitos sinceros, honestos, sempre adaptados aos seus próprios tempos para procurar a melhor estratégia de desenvolvimento da nossa Sumaré. E, agora, como uma curva ascendente e crescente, desejo chegar ao seu ápice como Prefeito de Sumaré!

Responsabilidade, portanto, é a palavra que em primeiro lugar me conduz.

Se a mim for confiado o destino de quatro anos de nosso município, só me resta cumprir fielmente os deveres como seu Prefeito.

DIAGNÓSTICO SUSCINTO

A análise dos números e a visualização dos mapas dos principais indicadores de SUMARÉ mostram que se trata de uma cidade profundamente desigual e desequilibrada. As desigualdades e os desequilíbrios se constituíram ao longo do próprio processo histórico da formação da cidade. Foram poucas as autoridades estaduais e os prefeitos que pensaram e agiram na cidade a partir do planejamento.

Os poucos planos elaborados foram ficando desatualizados, sem qualquer aplicabilidade e sem modernização, jazendo nas gavetas da burocracia e da ineficiência. Mudar os rumos e os sentidos dessa história não é fácil, mas é o que se propõe a candidatura do Vereador Décio Marmiroli.

Os mapas da Educação, Renda, IDH-Desigualdade, Emprego, Equipamentos e Serviços de Saúde e Vulnerabilidade Social mostram indicadores num nível acima da média no Centro da Cidade – Núcleo Central Histórico, um nível médio satisfatório na Administração Regional de Nova Veneza e níveis muito abaixo da média na medida do afastamento do centro, nas demais ARs.

A região central e ao longo da Via Anhanguera concentram os empregos, os melhores serviços de saúde, as universidades, a renda, a infraestrutura urbana e as oportunidades. Entretanto, não se trata da região mais populosa da cidade.

Quando os mapas dos indicadores são sobrepostos, é possível notar uma significativa área de coincidência entre as deficiências educacionais, de renda, de emprego, de saúde e de habitação nos lugares mais afastados da região central. Além disso, as regiões menos desenvolvidas também são aquelas em que a desigualdade gera mais violência. Embora o Plano Diretor de 2006, já tivesse apontado esta realidade e proposto ações e instrumentos para enfrentá-la, as seguintes administrações não implementaram a política proposta, baseada no desenvolvimento regional, microrregional e local, capaz de focar as necessidades específicas de cada região, efetivando políticas públicas com vistas a mitigar as fortes desigualdades existentes.

Os números demonstram que o modelo de desenvolvimento econômico e social de Sumaré continua concentrador e excludente, ultrapassado há mais de duas décadas. Se a cidade, geralmente, acompanha o crescimento econômico do País, a distribuição da riqueza e, especialmente, sua condição socioterritorial continuam padecendo dos mesmos males.

Sumaré continua a viver como exatamente a década de 80, concentrando no mesmo município bolsões de riqueza e pobreza.

A AR Centro e AR Nova Veneza, por exemplo, que tem uma das melhores relações entre população/área habitada, concentra boa parte da renda e infraestrutura. Já nos distritos dos extremos, como as ARs Maria Antonia, Matão e Área Cura, o cidadão tem menos oportunidades: estuda menos, desloca-se muito para chegar ao trabalho, ocupa posições subalternas no trabalho e tem menos serviços públicos do município à disposição.

Dados os desequilíbrios e as desigualdades existentes, nossa cidade só poderá caminhar de forma esperançosa para o futuro se nas próximas décadas eleger prefeitos comprometidos com políticas públicas, fortemente orientadas para a inclusão social e para a redução drástica das desigualdades da cidade apontadas acima.

Para que Sumaré se torne uma cidade do bem-estar e do bem-viver é preciso reduzir, principalmente, as desigualdades na localização do emprego e da moradia, na distribuição da renda e no acesso aos serviços públicos, que sintetizam as enormes desigualdades territoriais.

Para que Sumaré tenha um futuro adequado, suas várias regiões precisam se desenvolver de forma equilibrada, com integração e apropriação da cidadania sumareense.

Somente sob a direção e a coordenação do poder público este processo poderá alcançar êxito. Por isso, a questão política da escolha de um prefeito com esses valores e compromissos, que orientem uma visão de futuro, torna-se crucial.

Formação Histórica de Sumaré

Se for verdade que nenhuma cidade consegue ser inteiramente planejada do ponto de vista ideal, pois o processo prático e histórico do seu desenvolvimento, assim como os interesses econômicos e patrimonialistas, desarrumam os planos, também não deixa de ser verdade que bons administradores, comprometidos com o interesse público e com o futuro da cidade, conseguem garantir a efetivação de planos urbanísticos bem estruturados. Dado o desordenamento da maioria das cidades, a exigência da intervenção do planejamento urbano eficaz torna-se uma necessidade cada vez mais crucial. Existem inúmeros exemplos pelo mundo que mostram que bons planos evitaram o advento de problemas futuros em pequenas, médias e grandes cidades.

Através dos inúmeros estudos da história de Sumaré, podemos afirmar que a cidade atual teve quatro fases de sua constituição.

A primeira, que vai do final do século XIX até a década de 1940, produziu uma cidade concentrada na área hoje conhecida como o centro histórico, cuja mobilidade estava baseada nas charretes, cavalos, poucos carros e os trens de passageiros. Os diversos grupos sociais mantinham um determinado convívio e o que os diferenciavam eram, em primeiro lugar sua procedência (italianos, americanos, portugueses e outros), os tipos de relações sociais entre cada grupo e suas inter-relações com os demais, os tipos de moradias – casas dos ricos, casas das classes médias, vilas e favelas ou cortiços – e sua localização – espigões ou fundos de vale. Pequenas povoações surgiam no Matão e em Nova Veneza, associados ao crescimento da Cidade Mãe de Campinas. O centro histórico concentrava as atividades comerciais e de serviço, e a cidade florescia pela agropecuária e agricultura.

De 1940 a 1980, a cidade se configura como descentralizada, polinucleada, com diversos núcleos, com a nascente indústria se localizando ao longo da Rodovia Anhanguera, em torno das quais os trabalhadores se alojavam em cortiços e vilas, e a elite e a crescente classe média começavam a se fixar cada vez mais no Centro Histórico. Nessa época acontece a emancipação e a cidade tem que se virar sem qualquer ajuda mais de Campinas. Problemas de captação de água e outros tantos já começavam a acontecer.

A partir de 1980 até o novo século, a cidade iniciou um processo de captação de indústrias, produzindo um boom econômico (expansão), ao mesmo tempo em que incentivou e patrocinou uma política tortuosa do uso do solo, onde a principal diretriz era a construção de loteamentos, sem qualquer planejamento e qualquer infraestrutura, rendendo-se às especulações e lucros imobiliários, com intuito de atrair mão de obra barata e sem especialização para o trabalho nas empresas. Nesse período a cidade teve uma das maiores taxas de crescimentos do país, com cerca de 17% ao ano.

Esse período propiciou a atual situação urbanística da cidade: espraiada, contendo regiões equidistantes umas das outras, cada região com sua própria personalidade política e cultural, com uma população desagregada e sem apropriação de uma única cidadania, vivenciada como 07 cidades diferentes em um único território.

A partir de 2000 a pujança da cidade foi-se diminuindo ao contrário do fluxo de migrantes, que só aumentou, população essa que vêm para trabalhar na região, porém radicados no Município em função dos baixos custos dos lotes e habitações, fazendo com que Sumaré se tornasse uma cidade dormitório. O que acontece até agora.

O fato é que, desde a década de 1940 até hoje, a cidade de Sumaré vem crescendo baseada em um modelo de desigualdade socioterritorial, conhecido por espoliação urbana, no qual o desigual acesso à

infraestrutura urbana, serviços públicos, mobilidade e empregos agrava a exclusão gerada pela baixa remuneração do trabalho. Essa situação é marcada por um processo de concentração da habitação popular nas periferias desqualificadas, o que constitui o pior cenário para as cidades modernas.

Nos últimos anos, com a retomada do crescimento econômico do País, aumento do emprego, maior acesso ao crédito e implantação dos programas sociais, a situação econômica da população melhorou, mas a falta de uma política urbana, fundiária e habitacional no Município, associada a um intenso processo de especulação imobiliária, agravou os processos de exclusão territorial.

Para que Sumaré possa ter um futuro melhor, o que se impõe é repensar o modelo urbanístico da cidade à luz do que ela é, dos seus desequilíbrios, de suas segregações, de sua imobilidade e das suas carências. Induzir a cidade a um novo modelo de desenvolvimento mais integrador, capaz de reduzir drasticamente os desequilíbrios socioterritoriais, de atenuar os problemas advindos do passado e de prevenir problemas que poderão surgir no futuro.

Acreditamos que Sumaré seja uma cidade viável para viver e trabalhar, necessariamente, uma cidade mais civilizada, mais humanizada, mais justa e mais bela em relação à Sumaré de hoje.

Se o bem-viver ainda é uma noção distante para a maioria dos sumareenses, o poder público tem o dever de agir para que esta ideia faça cada vez mais sentido para um número crescente de cidadãos e cidadãs.

O Plano de Governo aqui delineado representa um modelo de gestão de alto desempenho com participação cidadã e reflete simultaneamente o pragmatismo e o idealismo do candidato. As propostas contemplam objetivos e projetos ambiciosos, com envergadura e complexidade que demandarão uma administração extremamente dedicada e competente, muito próxima e conhecedora das necessidades dos sumareenses. Segue o detalhamento dessa proposta e outras contribuições que vierem a se integrar ao presente.

I. DESENVOLVIMENTO URBANO

1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Administrar em parceria com a comunidade é a proposta fundamental do nosso Plano de Governo, pois, nossa população conhece mais do que ninguém as necessidades do município, especificamente do seu bairro e da localidade onde vivem. Temos que valorizar este modelo de GESTÃO PARTICIPATIVA, com pleno envolvimento dos segmentos sociais na definição de prioridades de investimentos, obras e serviços. Hoje o administrador público moderno responsável é aquele que trabalha em conjunto com a comunidade, promovendo não apenas o desenvolvimento do Município, mas principalmente o desenvolvimento social do cidadão e transparência no uso dos recursos públicos. Gerir um município não é tarefa fácil, razão pela qual todo gestor público deve incluir o Planejamento, a Gestão e Programar, no espaço urbano, pesquisas, análises, diagnósticos e instrumentos (legais, administrativos, informacionais, financeiros), no intuito de organizar o território como um todo, para dessa forma conseguir atender à demanda por serviços públicos, levando-se em conta os aspectos sociais, econômicos, financeiros e ambientais. Os modelos de gestão, que são ações que cada administração desenvolve, tendem atualmente a apoiar-se em padrões de planejamento, integração, estratégias e participação, envolvendo opiniões e anseios da população.

Portanto a revisão do Plano Diretor do Município de Sumaré estabelecerá as bases de um novo modelo de desenvolvimento urbano para Sumaré, contemplando, entre outros, os seguintes objetivos gerais:

- a) Integrar a população sumareense através do reforço da cultura da cidadania, construindo um novo Plano de Mobilidade que conecte, rapidamente, as administrações regionais entre si, projetos de educação, cultura, esportes e lazer com a implantação de equipamentos públicos em cada AR, enfim um programa de articulação comunitária;
- b) Elaborar os Planos de Desenvolvimento das ARs, contemplando cada administração regional com oportunidades de crescimento coordenado, respeitando suas características próprias;
- c) Gerir, em todos os projetos públicos, ações de sustentabilidade e preservação ambiental, em especial a elaboração de legislação atualizada de proteção aos mananciais e projetos de educação ambiental;
- d) Reduzir a necessidade de deslocamento, aproximando o trabalho da moradia, com a criação de uma região específica de desenvolvimento econômico e urbano entre o centro expandido e a zona rural, de modo a reestruturar a lógica de crescimento do município, induzindo atividades geradoras de empregos, ao mesmo tempo em que se estimula o uso residencial e o adensamento populacional nas áreas mais consolidadas;
- e) Garantir que o centro histórico, patrimônio de toda a cidade, seja uma referência exemplar de qualidade urbanística, gestão democrática, integração social, respeito ao meio ambiente e às diversidades, bem como determinar, em cada AR, o seu centro histórico para que cada região possa resgatar seu contexto histórico;
- f) Reestruturar, reabilitar e repovoar, através de um programa massivo de habitação social, com acesso a serviços, cultura e oportunidades, as áreas subutilizadas com grande potencial urbanístico, como os vazios urbanos e vazios “brownfield”, utilizando todos os instrumentos da política urbana contidos no Estatuto da Cidade;
- g) Criação do “Congresso da Cidade e do Campo” – órgão de participação popular, com o objetivo de os cidadãos participar ativamente e efetivamente no acompanhamento da Lei mais importante do Município - o Plano Diretor Municipal;
- h) Desenvolver ações e projetos com os municípios da Região Metropolitana de Campinas - RMC como, por exemplo, a gestão comum das bacias hidrográficas, lixo, esgoto, mobilidade, água e segurança - visando maior integração, racionalização e visão metropolitana do processo de desenvolvimento regional;
- i) Transformar Sumaré em uma “cidade inteligente - smart city” com sistemas de apoio tecnológico as decisões de governo, tais como: análise eficaz do monitoramento das vias públicas para a melhoria do

trânsito e da segurança; previsão de catástrofes naturais; identificação antecipada de demandas na saúde, educação, terceira idade, acessibilidade e outros;

j) Planejar Sumaré nos horizontes de médio e longo prazo de forma integrada, descentralizada e participativa por meio de diálogo efetivo com a população.

2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura no município de Sumaré se ressentia pela falta de Políticas Públicas sérias, que venham de fato criar condições de sobrevivência ao pequeno agricultor, já que a agricultura, tendo incentivo, se torna uma forte potência na base da economia do nosso município.

- a) Mobilização política junto ao INCRA buscando a emissão dos Títulos Definitivos das propriedades rurais e a desvinculação deste Imposto, se não houver caracterização de uso rural;
- b) Garantir assistência e recuperação das estradas vicinais, pontes e bueiros na zona rural;
- c) Elaboração e aprovação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Sumaré;
- d) Apoiar a produção agrícola familiar, trazendo renda e a qualidade de vida aos produtores, através de apoio a Modernização da agricultura através da Mecanização Agrícola;
- e) Implementar o programa de aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, equipamentos, implementos, e tratores de pequeno porte;
- f) Reforçar e reestruturar, em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, órgão constante da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, todos os planos, projetos e captação de recursos para a melhoria da qualidade de serviços e qualificação técnica dos produtores rurais;
- g) Criar em parceria com o governo estadual um Poupatempo da atividade rural;
- h) Assistência Técnica através da CATI e apoio aos PROJETOS DE ASSENTAMENTOS em parceria com o INCRA e as associações de produtores rurais;
- i) Criação da AGROMALL na Área dos Assentamentos Rurais, valorizando a produção de alimentos orgânicos, artesanato e gastronomia local;
- j) Criação da GOIABASHOW de Sumaré, festa na zona rural para divulgação do produto, evento que deverá ser um dos principais atrativos turísticos do município;
- k) Reforçar e estimular, incentivando a participação popular no Conselho Municipal da Agricultura.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EMPREGO

Sumaré vive um grande dilema: qual é, na verdade, sua vocação? Neste sentido, pela primeira vez, em nosso município, implantaremos uma política pública voltada para o crescimento com desenvolvimento sustentável. O que isto quer dizer? Gerar emprego amenizando os impactos ambientais deles decorrentes, ou seja, crescer economicamente e socialmente buscando o desenvolvimento com a conservação e a preservação ambiental.

- a) Criar o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Sumaré;
- b) Posicionar Sumaré no patamar das principais cidades inovadoras e criativas da região, paulatinamente do Estado e do País, através de incentivos e instrumentos de fomento apropriados;
- c) Implementar um programa de desenvolvimento da economia verde aproveitando os recursos, competências e empreendedores locais, em parceria com o setor empresarial e governos estadual e federal;
- d) Criar projeto específico de incentivos fiscais para a implantação de uma região de empresas de alta tecnologia – TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) – PRINALTEC – Programa de Incentivo às empresas de Alta Tecnologia, visando à atração de indústrias, serviços e comércios neste nicho de negócios, apoiando o desenvolvimento do setor de software, poder de compra do município e zoneamento urbano adequado, conforme as melhores experiências nacionais e internacionais;
- e) Estimular a criação de polos de empreendimentos da economia criativa - propaganda, arquitetura, mercados de arte e antiguidades, artesanato, design, moda, filme e vídeo, software de lazer, artes

performáticas, edição, jogos de computador, serviços de televisão e rádio - no centro e nos bairros, visando estimular a geração de empregos e novas oportunidades aos jovens talentos sumareenses;

f) Criar um observatório receptor de ideias para atrair talentos das atividades criativas e empreendedoras das regiões da cidade a ser instalado nas ARs;

g) Criar o “Mutirão do Emprego”, através da regionalização das vagas de emprego nas ARs, para facilitar o deslocamento diário do munícipe entre sua casa até o ambiente de trabalho, dando mais qualidade de vida ao trabalhador e, além disso, como medida descentralizadora das oportunidades, promovendo a geração de renda e desenvolvimento territorial em todo o território municipal;

h) Investir na implantação de um Centro de Pesquisas Tecnológicas Avançadas, em parceria com entidades acadêmicas, governo estadual e federal e fontes de fomento internacionais, visando dotar Sumaré de competências na fronteira do conhecimento aplicados tais como nanotecnologia, biotecnologia, energias sustentáveis e tecnologias aplicadas à saúde, para estimular o desenvolvimento de empresas inovadoras locais e à atração de empresas, projeto este que será conectado aos centros de excelência nacionais e mundiais por meio de conexões de banda larga de alta velocidade;

i) Estabelecer parcerias com os sindicatos empresariais e de trabalhadores, sistema S (SENAI, SESI, SENAC e SESC), entidades educacionais e governo federal com o intuito de qualificar e requalificar os trabalhadores, especialmente nas novas profissões e tecnologias do futuro;

j) Apoiar a implantação de incubadoras de apoio a empresas nascentes nos bairros visando promover a descentralização da oferta diversificada de empregos, por meio de parcerias com entidades vocacionadas;

k) Contribuir para a criação e formalização de micro empresas e microempreendedores individuais;

l) Ampliar as compras governamentais das micro e pequenas em até 25% do volume de compras da prefeitura visando estimular a economia local e a geração de empregos;

m) Estimular a organização de redes de empreendimentos econômicos solidários e aperfeiçoar as cooperativas como as de catadores de papel/reciclados;

n) Estimular a inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzidas no mercado de trabalho público e privado;

o) Realização da 1ª Feira de Alta Tecnologia de Sumaré – EXPO ALLTHEC, para promoção do lançamento do PRINALTEC.

p) Criar, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, setor de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de:

q) Construir a política municipal de telecomunicações, radiodifusão; pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência, tecnologia e inovação;

r) Construir a política de desenvolvimento de informática e automação;

s) Articulação com os Governos Estadual e Federal, com a sociedade civil e com órgãos do Governo estadual e federal para estabelecimento de diretrizes;

t) Promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com entidades acadêmicas e fontes de fomento internacionais dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação.

u) Criar o Ponto de Apoio ao Empreendedor e promover o microcrédito;

4. CIDADE DIGITAL E CONECTADA

a) Implantar a “SumaréDigital”, construindo e implantando a rede digital pública da Prefeitura, para acesso direto dos cidadãos às informações sobre o Município e demais funções públicas, disponibilizando 100% dos serviços públicos online via internet;

b) Construir a cidadania digital sumareense por meio da efetiva participação da Prefeitura na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, através da participação no Programa Redecomep - Redes Comunitárias de Educação

e Pesquisa, uma infraestrutura pública federal de fibra ótica de alta velocidade que poderá ser instalada em Sumaré, voltada ao estímulo da educação e pesquisa;

c) A Prefeitura irá operar uma rede pública com investimentos em tecnologias da informação e comunicação para transmissão de conteúdos educacionais, culturais e informativos, contribuindo para ampliar e fortalecer a cidadania digital¹;

d) Iniciar programa onde todas as escolas da rede pública municipal estarão conectadas a rede tecnológica municipal que vai proporcionar o acesso à internet com banda larga e internet sem fio, onde os professores da rede municipal irão contar com tablets como instrumentos de trabalho conectados à internet;

e) Implantar, paulatinamente o programa das lousas digitais nas escolas da rede pública municipal;

f) Construção, paulatinamente da instalação de rede WI-FI nos prédios e repartições públicas municipais para acesso à internet;

g) Criar “ruas digitais” (100-800m) com acesso livre a internet nas vias dos bairros que apresentem maior carência de conectividade;

h) Criar um portal para facilitar a interação da cidadania digital com os dados públicos municipais que vão estar abertos;

i) Implementar sistema de Identificação única do cidadão como paciente, através da adoção efetiva do cartão SUS;

j) Criar um Centro de Operações Integrado para o Município;

k) Implementar um Centro de Controle e Operação da Mobilidade;

l) Estimular a formulação colaborativa de políticas públicas com ferramentas disponibilizadas online na internet para registro de problemas, demandas e construção de comunidades de colaboração em torno de questões de interesse público.

5. HABITAÇÃO, MORADIA E LEGALIZAÇÃO DE TERRENOS

A Política Habitacional e Fundiária contempla os seguintes objetivos gerais:

a) Implantar e incentivar programa de produção e acesso à moradia nos vazios urbanos consolidados;

b) Promover parceria com o programa “Minha Casa Minha Vida”;

c) Ampliar o programa de urbanização e regularização de assentamentos precários e loteamentos irregulares, inclusive em áreas de mananciais passíveis de regularização, garantindo a permanência das famílias na própria região;

d) Formar um estoque de terrenos e glebas destinados à produção de Habitação de Interesse Social - HIS;

e) Utilizar os instrumentos urbanísticos e fiscais previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor que garantam o estoque de terras;

f) Priorizar a construção de novas habitações não somente em regiões de maior déficit habitacional como também em locais já dotados de serviços urbanos, equipamentos públicos e opções de lazer e, se possível, próximos aos postos de trabalho;

g) Criar programa de acompanhamento de pós-ocupação, por meio de uma política de assistência social, jurídica, econômica e de gestão condominial;

h) Atuar para evitar despejos, reintegrações de posse e outras formas de remoções forçadas de moradores, promovendo antes negociações e diálogo com os segmentos envolvidos;

i) Promover a integração da política habitacional àquelas de educação, saúde, geração de emprego, transporte e mobilidade urbana;

¹ Cidadania Digital: conceito muito usado pelos quadrantes da sociedade é o uso da tecnologia de forma responsável por parte das pessoas. Assim como a ética, é um direito e dever de todos saber usar corretamente as inovações tecnológicas que surgem ao nosso redor. Também pode ser entendido como as pessoas se relacionam e compartilham as informações na era da Internet. A Cidadania Digital é formada por usuários tecnológicos (cidadãos digitais) responsáveis pelo uso adequado ou não da tecnologia, cabendo aos professores e líderes de tecnologia conscientizar e preparar os usuários a utilizar as tecnologias de maneira segura

- j) Implementação do Programa Pró-Moradia do Governo Federal para o financiamento da Casa Própria;
- k) Qualificar a periferia, valorizar e estimular novas centralidades nas diversas regiões da cidade;
- l) Preservar os bairros estritamente residenciais protegidos pelo zoneamento e conter, de forma planejada, o adensamento construtivo e o uso não residencial na área consolidada, que apresente forte congestionamento viário;
- m) Regular a promoção imobiliária através da revisão do zoneamento e do código de obras para implementar um novo modelo de ocupação urbana;
- n) Implementar os instrumentos urbanísticos e fiscais capazes de combater o processo de especulação imobiliária e a valorização do solo urbano, como o IPTU Progressivo no tempo e regressivo no espaço, o direito de Preempção e a outorga onerosa do direito de construir, além da implementação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- o) Produzir e entregar moradias para a população de baixa renda, nos próximos 04 anos de gestão;
- p) Retirada da população de áreas de risco com a regularização de lotes;
- q) Ampliar parâmetros de Solo Criado para famílias com renda de zero a três salários para empreendimentos de Interesse Social;
- r) Diagnosticar e catalogar os vazios urbanos com o objetivo de planejar a sua reocupação por empreendimentos habitacionais de acordo com o perfil imobiliário da região;
- s) Promover a efetiva participação popular e controle social nos programas e projetos;
- t) Fomentar e viabilizar parcerias com cooperativas, condomínios, associações e com a iniciativa privada, mediante a supervisão da Secretaria Municipal de Habitação que propiciará a participação popular e, também, a participação efetiva e convergente no Conselho Municipal de Habitação;
- u) Promover e incrementar a Política de integração com a região metropolitana RMC;
- v) Desburocratizar o processo de aprovação de loteamentos populares, definindo prazos máximos para a sua aprovação;
- w) Garantir que a população de renda baixa e média já moradora seja mantida no local;
- x) Prever a produção de HIS para reverter o processo de periferização da moradia popular e da baixa classe média;
- y) Optar preferencialmente por edificações horizontais, tipo vilas, de dimensões compatíveis com o tamanho e o perfil das famílias, e com uso misto (habitação, comércio, serviços), como forma de otimizar a utilização dos terrenos disponíveis e desincentivar o espraiamento, uma vez que existe muito território para a expansão horizontal;
- z) Organizar a composição dos condomínios a partir de critérios de diversidade: selecionar famílias com perfil heterogêneo de renda, origem, tamanho, faixa etária, incluindo em especial aquelas em que haja parentes idosos e portadores de deficiências físicas;
- aa) Assentar todas as famílias que atualmente se encontram nos programas de bolsa-aluguel e outros programas de atendimento habitacional provisório similar;
- bb) Implantar Programa de Regularização Fundiária, através da criação de setor específico para esses fins com os seguintes objetivos:
 - i. Ampliação do acesso da população de baixa renda à terra urbanizada e regularizada, assegurando sua permanência na área ocupada, com melhoria das condições de habitabilidade e sustentabilidade urbanística, social e ambiental;
 - ii. Articulação com as políticas setoriais de habitação, meio ambiente, saneamento básico e mobilidade urbana;
 - iii. Participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;
 - iv. Estímulo à resolução extrajudicial de conflitos;
 - v. Concessão do título de propriedade preferencialmente para as mulheres;

- vi. Realizar revisão das leis vigentes de regularização de parcelamentos e adequação em face da Lei Federal nº 11977/2009,
- cc) Garantir a aplicação das modalidades de usucapião: elaboração de planta de urbanização; convênio para assistência;
- dd) Construir o Programa de Orientação Técnica para Construção e Reforma da Moradia Própria, visando assegurar às famílias de baixa renda orientação técnica pública e gratuita para o projeto de construção de
- ee) Habitações, com respaldo no direito social à moradia, previsto na Lei Federal nº 11888/2008.

6. PLANEJAMENTO URBANO

- a) O sistema municipal de planejamento urbano será implementado pelos órgãos da Prefeitura, assegurando a participação direta da população em todas as fases de planejamento e gestão democrática da cidade e garantindo as instâncias e instrumentos necessários para efetivação da participação da sociedade na tomada de decisões, controle e avaliação da política, sendo composto por:
 - I. órgãos públicos;
 - II. sistema municipal de informação;
 - III. instâncias e instrumentos de participação social.
- b) Melhoria da qualidade de vida da população através de investimento na melhoria da infraestrutura urbana;
- c) Programa de recuperação de áreas verdes e preservação ambiental;
- d) Restauração e manutenção permanente da Iluminação Pública como fator de conforto e segurança;
- e) Articular os planos e projetos urbanos com a Política de Preservação do Patrimônio Histórico e Ambiental, incluindo os bens culturais e valores ambientais definidos pela sociedade em geral e pelas comunidades locais, em particular como pontos de referência e identidade;
- f) Revitalizar, recuperar e/ou criar espaços públicos de qualidade;
- g) Utilizar instrumentos urbanísticos de revitalização adequados e que não gerem efeitos colaterais indesejados como, por exemplo, a gentrificação, isto é, o enobrecimento de locais anteriormente degradados e populares;
- h) Reavaliar e atualizar o Plano Diretor Municipal para que se torne realmente o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Integrado de nossa cidade, compondo a matriz de longo prazo, incorporando o conjunto de elementos norteadores das ações nos demais níveis, das questões referentes ao desenvolvimento econômico e aos desafios sociais até os entraves mais decisivos para a construção de uma política municipal e intermunicipal, como consórcios de saúde, mobilidade física, transporte urbano e rural, bem como serviços públicos;
- i) Discutir e rever os modelos de densidade de ocupação populacional (e não apenas construtiva) nos projetos urbanos, para garantir adensamento onde existe infraestrutura e evitar a ampliação de ocupação de áreas frágeis e ambientalmente protegidas;
- j) Compatibiliza as metas anuais de governo, consubstanciadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais, com o Plano Diretor e este Plano de Ação Governamental;
- k) A cidade será repensada a partir da noção de cidade para as pessoas, com a priorização da ocupação do espaço público, a revitalização de áreas degradadas e a oferta completa de serviços nos bairros, infraestrutura total para todas as regiões e qualificação profissional como investimento primário;
- l) Executar o Plano de revitalização do centro histórico de Sumaré com o projeto "O Novo Centro" que propõe revitalizar espaços ociosos por meio de leilões para exploração de imóveis a partir do impacto urbano dos projetos apresentados, com foco em economia criativa e criação de incentivos para a implantação de corredores culturais, de modo a estimular o uso dos espaços públicos, sobretudo à noite, valorizando os artistas de nossa cidade, criando atrativo para a área central tanto no período matutino, vespertino como noturno, contendo programa de seguridade para o mesmo;

- m) Estruturar um sistema municipal de informações sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais, imobiliárias e outras de relevante interesse;
- n) Atualizar o diagnóstico das condições socioeconômicas e ambientais no município, quantificando, qualificando e identificando os problemas nas áreas de risco, loteamentos irregulares, assentamentos subnormais e áreas de preservação ambiental ocupadas;
- o) Rever, simplificar e consolidar a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a assegurar a função social da propriedade urbana;
- p) Implantar o cadastro único municipal através do Geoprocessamento, para promover o controle efetivo do território por meio da redução de ocupações e parcelamentos irregulares no município, com a ampliação da estrutura e do efetivo da fiscalização;
- q) Projeto e Construção do Paço Municipal.

II. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

Na atual situação, a economia brasileira vem se especializando em gerar postos de trabalho de baixa qualificação e remuneração, o que se associa a um sistema educacional repleto de deficiências.

Em Sumaré, por mais esforços que são feitos, é necessário reestruturar e modernizar a escola pública, devolver a dignidade dos professores, incrementar um processo intensivo de estímulo à criação e difusão do saber, para que os avanços mundiais da ciência e da técnica sejam assimilados, reprocessados internamente e integrados em um acervo de conhecimentos e práticas.

Sumaré precisa, como o Brasil, estar preparada para a nova revolução tecnológica, a “quarta revolução industrial”: mas é preciso garantir oportunidades educacionais para todos. A educação de qualidade assegura às pessoas os conhecimentos, as competências e as aptidões necessárias para questionar-se, conceituar e solucionar problemas que ocorrem. A educação de qualidade é chave para a geração de um espírito crítico que permita conhecer, compreender e lutar pelos direitos da cidadania. É preciso estimular as crianças e os jovens, mobilizar a sociedade e valorizar os professores para que a educação paulista corresponda às necessidades do atual momento histórico.

Um dos princípios básicos de uma educação pública com qualidade social é o de garantir a todos e a todas as condições necessárias para um pleno desenvolvimento intelectual, humano e ético. Para isto, são necessários o diálogo com a família, o trabalho colaborativo, a inclusão efetiva, o reconhecimento das potencialidades individuais. É necessária uma educação que supere a desigualdade e a exclusão, atendendo a todos e, em especial, aqueles que mais necessitam de uma aprendizagem que possibilite a formação humana com qualidade social, o respeito aos direitos individuais e sociais e o cultivo de valores fundamentais, como o respeito ao outro, a tolerância, a solidariedade, a justiça social, a inclusão e a pluralidade de visões.

PROPOSTAS:

- Melhoria da Educação desde a ALFABETIZAÇÃO, ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO MÉDIO e ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE;
- Envidar esforços para a melhoria e a melhor qualificação do ENSINO À DISTÂNCIA e ENSINO SUPERIOR;
- Reforma e ampliação das escolas da cidade e da zona rural;

- Valorização dos professores com capacitação, formação e salário justo previsto no Plano de Carreira e Salário da Educação;
- Revitalizar, planejar e monitorar com eficiência o transporte escolar nas zonas urbana e rural;
- Melhorar a qualidade da Merenda Escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos termos da Política Nacional de Alimentação Escolar;
- Implantação do Cursinho preparatório do ENEM para obtenção do Diploma do Ensino Médio aos trabalhadores;
- Cursos de qualificação profissional nas atividades cotidianas das TICS - Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Implantação de monitores mulheres dentro dos ônibus para acompanhar as crianças da zona rural na vinda para escola e volta para casa;
- Implantação de câmeras de filmar nos ônibus escolares e nas escolas; para segurança das crianças e professores;
- Cobrar do Governo do Estado a regularização do Ensino Médio do Município, com contratação de mais professores, com todas as aulas sendo ministradas e cobradas do governo do Estado e merenda escolar aos alunos do ensino médio. Cobrar a manutenção do prédio da escola e compra materiais de trabalho e de limpeza; para melhorar as condições que se encontram as escolas estaduais;
- Ampliar o tempo de permanência do estudante sob os cuidados da escola, qualificando o tempo de permanência com a jornada escolar ampliada para 7 horas, de forma gradativa, de acordo com critérios pré-estabelecidos e debatidos com a comunidade escolar;
- Expandir no município o programa Mais Educação do Governo Federal. Por este programa, no período de contraturno das aulas, os alunos, sob supervisão e cuidados da escola, irão desenvolver atividades que complementem o aprendizado das mais diversas formas. Esse processo de apropriação da cidade por uma lógica educadora se dará por meio de parcerias com o Sistema S, o Governo do Estado e a Iniciativa Privada, durante todo o período em que o aluno estiver participando de atividades externas, serão garantidos a ele, pela escola, transporte, alimentação e cuidados – Este programa de Educação Integral será inicialmente implantado nas escolas de regiões com maior vulnerabilidade social;
- Elaboração de matriz curricular com a distribuição das 1.400 horas previstas no ano letivo e ampliação da oferta de ensino de línguas estrangeiras;
- Ampliação da oferta de alternativas de recuperação dos alunos com dificuldades de aprendizagem; estímulo a pesquisas científicas;
- Oferta de atividades profissionalizantes;
- Oferta de ensino de música e educação artística;
- Cumprir as metas estipuladas no âmbito do Plano de desenvolvimento da Educação, em especial as metas de qualidade medidas pelo Índice de desenvolvimento da educação Básica – IDEB;
- Requalificar o espaço escolar, com novos padrões de sustentabilidade;
- Criar laboratórios de ciências e de artes em todas as escolas que não disponham dos mesmos;
- Construir auditórios, quadras poliesportivas cobertas e ginásios poliesportivos;
- Construir a sede da Biblioteca Municipal e implantar a rede de bibliotecas ramais em todas as escolas públicas municipais;
- Garantir o acesso à internet banda larga em todas as escolas, bem como a modernização das salas de informática;
- Oferecer material escolar de qualidade;
- Criar condições para que as mães adolescentes voltem a estudar;
- Fortalecer no Município de Sumaré o Programa PRÓJOVEM, programa do Governo Federal a jovens de 18 a 24 anos que estejam fora do mercado formal de trabalho e que não concluíram a 8ª série do ensino fundamental;

- Recuperar e ampliar o programa recreio nas férias;
- Recuperar o Programa escola aberta vinculada ao PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA;
- Iniciar projeto educacional multidisciplinar com foco na: (1) incorporação dos pais e alunos na definição do processo educacional; (2) articulação da educação com a Cultura, o esporte e o trabalho; (3) mais tempo de permanência do estudante na escola, privilegiando também a ocupação de equipamentos e espaços urbanos tais como teatros, cinemas, parques e praças.

Educação Infantil

- Universalizar o atendimento de crianças na faixa etária de 4 e 5 anos com ampliação de vagas pelo PROEB;
- Ampliar as vagas em educação infantil (creches);
- Unificação progressiva da creche com a pré-escola, que passará a atender crianças de zero a cinco anos em um único local;
- Construção de pelo menos 10 novas creches, por meio de adesão ao Programa Pró-infância do Governo Federal;
- Implantar o Programa de Brinquedotecas e Bibliotecas Infantis em todas as unidades municipais;
- Gestão junto ao Governo do estado para construção de crecheescolas;

Combate ao Analfabetismo e Programas para a Melhor Idade

- Rever e ampliar o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no âmbito do Programa Brasil alfabetizado do governo federal, reabrindo as escolas no período noturno e utilizando os espaços ociosos no período diurno, bem como oferecendo atividades culturais, esportivas e de lazer para os alunos;
- Implementar programa de alfabetização e leitura, articulado com o MEC, considerando a integração entre os diversos recursos pedagógicos existentes: oralidade, escrita e multimídia;
- Integrar o papel do estagiário (segundo professor) na sala com o Programa institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PiBid da Capes;
- Retomar a discussão sobre o currículo do EJA na perspectiva do trabalho e da cultura, nos termos do Proeja do Governo Federal - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos.

Implantação da Tecnologia Escolar

- Implantar o programa “Novos Caminhos” de Educação Profissional e Tecnológica, em convênio com o Governo Federal;
- Implantar o Programa de Inovação Educação Conectada do Ministério da Educação;
- Criar e implantar o Programa das Lousas Digitais e
- Implantar o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo).

Interação Família - Escola

- Criar a função do professor comunitário para articular, a partir da visita de professores aos alunos em suas casas, ações na escola e de apoio junto a outros órgãos e serviços públicos ou a organizações não governamentais, visando implantar uma rede de Proteção Social.

Rever a Divisão dos Ciclos de Aprendizagem e Valorização Profissional;

- Adequar a rede municipal às Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, em função da implantação do ensino de nove anos e iniciar amplo processo de discussão com a comunidade escolar sobre a progressão continuada e o ciclo de alfabetização;
- Realizar reorientação curricular;
- Divulgação junto à rede municipal das diretrizes Curriculares nacionais Gerais para a educação Básica;

- Articulação da educação escolar com o mundo do trabalho e a prática social nos últimos anos do ensino fundamental e do EJA;
- Promoção da educação voltada para o progresso científico e tecnológico, com o fortalecimento da área de ciências nas unidades escolares e incentivo à participação em projetos de iniciação científica;
- Cumprimento da lei 11.645, de 10 de março de 2008, que dispõe sobre a inclusão no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- Valorização e Formação dos Profissionais da Educação;
- Preparar os profissionais para utilizar as novas tecnologias como recurso pedagógico;
- Criar uma comunidade onde o professor poderá desenvolver conteúdos em grupo e trocar experiências com outros profissionais da área no Brasil e no exterior;
- Implementar o programa de capacitação dos profissionais da educação sobre a igualdade de gênero e de raça/cor, de combate à discriminação das mulheres e dos negros;
- Organizar e reforçar o acervo existente na Secretaria de Educação com dados, informações, periódicos etc., bem como constituir parcerias com universidades, outras bibliotecas, editoras e instituições governamentais e não governamentais;
- Considerar as unidades escolares como o lócus da formação em serviço;
- Promover a formação permanente no local de trabalho e reconhecimento da importância da interação com a comunidade para a formação profissional;
- Realização de estudos sobre mecanismos que permitam que o professor seja lotado em uma única escola, sem perda de direitos;
- Garantia da realização periódica e sistemática de concursos públicos de ingresso no magistério;
- Implantação de Política de Saúde para os profissionais da educação;
- Incentivar e valorizar a jornada única (jornada opcional) através de referências específicas;
- Motivar a presença da rede federal de educação superior e profissional na cidade de Sumaré;
- Implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) na cidade de Sumaré;
- Ampliar parcerias com as redes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC para a oferta de cursos profissionalizantes;
- Ampliar parcerias com a fundação Paula Souza do governo do estado de São Paulo para a oferta de cursos profissionalizantes;
- Promover parcerias com o segmento comunitário para a oferta de cursos profissionalizantes.

Gestão Democrática

- Descentralização da gestão municipal da educação, revendo e fortalecendo as coordenadorias de educação em cada Administração Regional;
- Elaboração de um novo regimento escolar para cada escola, que seja democrático e que fortaleça a autonomia, com a efetiva participação da comunidade escolar;
- Fortalecimento do conselho de escola ou equivalentes como ferramentas de participação e exercício da cidadania, com as devidas ações de formação política;
- Estímulo ao protagonismo juvenil, com a formação dos grêmios estudantis ou assemelhados;
- Realização do Congresso Municipal de Educação envolvendo toda a comunidade escolar: merendeira, secretário de escola, diretor, professor, coordenador pedagógico, equipe técnica, pais e/ou responsáveis, educandos, educadores populares e comunidade local;
- Promover ações junto à população na perspectiva da apropriação de discussões importantes como: orçamento Participativo, Plano diretor, Criação da rede de Proteção Social, entre outros;
- Promover a autonomia das escolas e consequente gestão democrática compartilhada.

Educação Especial

• Para a efetivação de um sistema educacional inclusivo, propomos a implementação das ações pactuadas no Plano viver Sem Limite, do Governo Federal, que tem a “finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção internacional sobre os direitos das Pessoas com deficiência e seu Protocolo facultativo”, tornando a cidade uma referência educacional para todas as pessoas, com e sem deficiência. Para tanto, serão implantadas as seguintes ações:

- Implantação dos Centros de formação e acompanhamento à inclusão - CFAI, dotando-os de equipes multiprofissionais para apoio tanto aos estudantes quanto aos educadores;
- Ampliar o número de escolas acessíveis, com Salas de apoio e acompanhamento à inclusão;
- Prover as unidades escolares de materiais escolares e pedagógicos apropriados;
- As práticas avaliativas terão concepção diagnóstica, formativa e processual;
- Realizar formação em serviço a todos os envolvidos no atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação;
- Garantir transporte escolar acessível aos estudantes com deficiência e transtornos do espectro autista para o turno e contraturno;
- Adequar os prédios no que tange à acessibilidade;
- Garantir educação bilíngue para surdos;
- Implementar o **Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial** para uma atuação mais qualificada nas escolas;
- Ampliar as matrículas dos beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) em idade escolar para universalizar o atendimento escolar - nenhuma criança com deficiência fora da escola;
- Articular efetivamente a escola à rede de atenção à Saúde da Pessoa com deficiência para o atendimento integral dos estudantes.

2. SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

Na questão da saúde, é importante fortalecer o SUS (Sistema Único de Saúde) em nossa rede pública, buscando a universalização dos serviços com a qualidade que todo cidadão e cidadã merecem, em parceria com a União e o Estado.

Um desafio importante a ser enfrentado nos próximos anos nessa área é o envelhecimento da população: haverá maior incidência de doenças crônicas. Hoje, as principais causas de morte são as doenças cardiovasculares e cerebrovasculares. Depois vêm o câncer, os homicídios e os acidentes de trânsito. Além de bom atendimento ambulatorial e hospitalar, é fundamental articular ações de prevenção específicas das enfermidades, através do incentivo a uma alimentação saudável, saneamento ambiental, prática esportiva etc. A melhoria das condições de saúde da população em nosso Município é proposta fundamental do nosso plano de governo. Será efetivada mediante uma ação governamental de planejamento do governo municipal, em consonância com os planos, programas e planos do governo federal e estadual, que estabeleça definitivamente uma política de saúde séria, com ações compartilhadas, que represente um grande salto na qualidade da saúde pública.

PROPOSTAS:

- Contratar mais MÉDICOS, ENFERMEIROS, DENTISTAS, AUXILIARES DE ENFERMAGEM e demais profissionais para atender no sistema de Saúde do Município;
- Revisão e atualização do Plano de cargos e salários dos servidores da saúde;
- Formação e treinamento, através de cursos, de servidores efetivos para elaboração de projetos de captação de recursos para saúde do município;
- Cursos de Treinamento, reciclagem e aperfeiçoamento para a valorização dos servidores da Saúde em todas as áreas;

- Ampliação do CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO para todas as Administrações Regionais;
- Ampliar e melhorar o serviço de ULTRASSONOGRAFIA e RAIOS X;
- Envidar esforços para construir um Hospital Municipal, de forma tripartite (Governo Federal, Governo Estadual e Município);
- Incentivar e melhorar o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência;
- Reforma e compra de NOVAS AMBULÂNCIAS para a Secretaria de Saúde, via projetos de captação de recursos e emendas parlamentares;
- Valorização das equipes de Agentes Municipais de Saúde e Endemias;
- Implantação da OUVIDORIA DA SAÚDE como um canal aberto de comunicação entre o cidadão e a Saúde, para que sejam recebidos reclamações, sugestões e elogios.

Gestão do Sistema

Modelo institucional de gestão e controle social

- Reorganizar a gestão da saúde municipal, promovendo a efetiva descentralização, com transferência de recursos e poder para unidades regionais, de modo a criar unidades ágeis, executivas e com poder de ação;
- Garantir efetiva participação dos trabalhadores e da população na sua gestão, fortalecendo o controle social exercido pela Conferência Municipal de Saúde, pelos Conselhos Gestores e Conselho Municipal de Saúde;
- Defender e valorizar o papel e a autonomia das instâncias de controle social;
- Reforçar a gestão pública dos serviços municipais de saúde e, gradativamente, a direção das unidades de saúde estatais do município, mediante processo que assegure:
 - Quadro de servidores municipais contratados por meio de adequados processos seletivos públicos, que atenda ao quantitativo de trabalhadores de saúde necessários aos serviços;
 - Aprofundamento do processo de controle social do SUS no âmbito da gestão dos serviços e instituição de processos de gestão participativa;
 - Cumprimento aos princípios da administração pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
 - Adotar alternativas organizacionais da administração pública indireta como mais um caminho para viabilizar, agilizar e proporcionar abrangência ao processo de retomada da gestão pública da saúde no município;
 - Assumir e estruturar o sistema municipal de regulação do acesso, incluindo todos os serviços do SUS que tenham como missão fundamental a assistência no âmbito municipal, incluindo nessas condições os que hoje estão sob gestão do estado ou que venham a ser municipalizados, conforme definido nas normas do SUS e previsto no Protocolo de Cooperação entre entes Públicos;
 - Desenvolver iniciativas visando a municipalização, com respectiva transferência dos recursos financeiros, dos hospitais gerais e dos ambulatórios que tenham papel assistencial municipal, mas que hoje se encontram sob a gestão do estado;
 - Adotar a parceria com entes privados sempre que necessária para a complementação da prestação de ações e serviços, conforme previsto na Constituição federal.

Planejamento, organização e avaliação do sistema municipal

- Organizar e integrar os serviços de saúde, estruturando redes regionais de atenção, considerando o processo geral de regionalização da administração municipal;
- Adotar o planejamento regional integrado e ascendente, de modo a incorporar as estratégias e os instrumentos do planejamento do SUS, previstos no Decreto Federal 7.508/2011: Mapa de Saúde regional, Programação Geral

das ações e Serviços de Saúde apoiada na relação nacional de ações e Serviços de Saúde (RENASES), na relação nacional de Medicamentos (RENAME) e Quadro de Metas;

- Estabelecer sistema de avaliação e monitoramento voltado para efetividade e eficiência das ações, apoiado na integração e unidade do sistema, garantindo autonomia de gestão para as equipes dirigentes dos serviços com a responsabilização pelo desempenho;
- Valorizar as instâncias e comissões intergestores do SUS e a participação no planejamento e execução das políticas públicas de saúde no âmbito da região metropolitana;
- Contribuir e participar do esforço nacional pela estruturação do SUS, prevista no decreto 7.508/2011, empenhando-se na consolidação da região de Saúde no âmbito municipal;
- Implementar as instâncias e as ações de controle, fiscalização e auditoria sobre os contratos de gestão de serviços, convênios e parcerias existentes, as quais, ainda que previstas em lei, não vêm sendo efetivadas;
- Desenvolver política de comunicação que informe adequadamente a população sobre os serviços e ações ofertados pelo sistema municipal e suas prioridades, de modo a propiciar melhor utilização dos serviços de saúde e maior participação e controle social;
- Apoiar a fiscalização da saúde suplementar, a defesa do cidadão quando da sua relação de beneficiário com seu plano privado de saúde e as ações necessárias ao ressarcimento dos planos privados ao SUS, no âmbito municipal.

Financiamento

- Garantir recursos necessários e adequados ao financiamento do sistema municipal de saúde, com a participação e compromisso das três esferas de governo e efetiva elevação das parcelas de recursos hoje transferidas pela União e pelo estado;
- Implementar o Fundo Municipal de Saúde subordinado à SMS/Sumaré, cumprindo os regramentos do SUS e as determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Gestão do trabalho e da educação em saúde

- Definir política de gestão do trabalho visando a valorização dos trabalhadores da saúde, garantindo condições salariais adequadas, ascensão profissional segundo planos de carreira, democratização das relações de trabalho, por meio de negociações com entidades representativas dos trabalhadores da saúde e fortalecimento da mesa permanente de negociação;
- Definir política de pessoal da saúde, reafirmando a adoção legal de processos de contratação, com adequada seleção pública e de acordo com as diretrizes do SUS;
- Criar plano de carreira para os médicos que atuem no município, garantindo aos profissionais possibilidades de comporem jornada de trabalho em diferentes tipos de serviço;
- Articular medidas visando superar o desequilíbrio de provimento dos profissionais de saúde, nos diferentes serviços e regiões do município;
- Criar oportunidades de formação e incorporar a educação permanente como estratégia de aperfeiçoamento institucional da gestão e dos processos de trabalho em saúde;
- Garantir aperfeiçoamento técnico e pedagógico dos profissionais que desenvolvem atividades de ensino nos serviços, valorizando e reconhecendo formalmente esta atividade;
- Criar na SMS área responsável pela política de gestão do trabalho e da educação em saúde, que articule as negociações com os trabalhadores para a construção da Escola Municipal de Saúde e as escolas técnicas do SUS;
- Aprimorar o processo de integração com as instituições de ensino superior e técnico, favorecendo maior contribuição dessas entidades na qualidade da assistência, na educação permanente, na gestão dos serviços de saúde, nas programações do plano municipal de saúde e no desenvolvimento de pesquisas.

Estruturação e Desenvolvimento dos Serviços em Rede de Atenção

São atributos à adequada estruturação das redes de atenção no município:

- Atenção básica estruturada como primeiro nível de atenção e porta preferencial de entrada do sistema, que cubra toda a população, integrando e coordenando o cuidado;
- Prestação de serviços especializados em lugar e tempo adequado;
- Existência de mecanismos de coordenação e continuidade do cuidado;
- Sistema de governança único para toda a rede com o propósito de articular as políticas institucionais e desenvolver a capacidade de gestão necessária, com participação social ampla.

Gestão integrada dos sistemas de apoio administrativo, clínico e logístico – Regulação e Transporte Sanitário

- Sistema de informação integrado que vincula todos os membros da rede, com identificação de dados por sexo, idade, lugar de residência, origem étnica e outras;
- Ação intersetorial de promoção da saúde, atuando sobre os determinantes da saúde, segundo o princípio do conceito ampliado de saúde e da equidade nas ações.

Atenção básica de saúde

- Garantir gradualmente nas UBS, sistemática permanente de atendimento não agendado;
- Fortalecer e valorizar as equipes das UBS;
- Completar o quadro profissional das UBS e equipes de saúde da família;
- Retomar gradualmente a atividade de médicos gineco-obstetras, clínicos e pediatras, incorporando-os aos processos de trabalho da UBS, valorizando a atividade de todos os profissionais com a comunidade e a responsabilização por seu território;
- Garantir acesso resolutivo em tempo oportuno e com qualidade, articulando as UBS à rede de atenção, para que possam executar o papel de coordenação do cuidado, visando à integralidade da atenção;
- Criar sistemática a fim de garantir, sempre que necessário, que haja continuidade do cuidado, operando localmente na UBS um sistema municipal único de regulação, informatizado e ágil;
- Ampliar as ações de promoção à saúde com a comunidade, em articulação com as áreas de esporte, lazer, cultura, educação, assistência social e meio ambiente;
- Integrar programas e linhas de cuidado, especialmente para os idosos e para os portadores de hipertensão arterial, diabetes, asma, lombalgia, cialgia e obesidade;
- Qualificar e preparar toda a equipe das UBSs para a atenção integral à saúde do idoso e das populações de maior vulnerabilidade;
- Implementar, gradualmente, nas UBSs a saúde bucal com atenção modular multiprofissional e as ações de promoção da saúde bucal nas escolas e na comunidade;
- Implementar equipes e cuidados em saúde mental nas UBSs apoiadas por matriciamento realizado pelas equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);
- Articular a atenção básica com a atenção pré-hospitalar, com os prontos-socorros isolados ou intra-hospitalares e com a atenção hospitalar no processo de estruturação da rede de urgência e emergência;
- Ampliar e garantir acesso aos serviços especializados, contribuindo com a reorganização e operação do complexo regulador, visando reduzir os tempos de espera por exames e consultas especializadas;
- Assegurar a assistência das UBSs a todas as pessoas da área de abrangência, eliminando obstáculos a parcelas do território sob responsabilidade da unidade;
- Desburocratizar e adaptar as UBSs/PSf com novas metodologias e modernidade no atendimento – “a discrição sem proibição”;
- Proporcionar aos moradores das áreas de divisas entre as UBSs, optarem por se matricular na UBS de mais fácil acesso, incluindo por local de atividade;

- Fortalecer a participação dos trabalhadores da saúde e dos Conselhos Gestores nos processos decisórios das UBSs;
- Recuperar e adequar a área física das atuais UBS, contemplando todas as atividades previstas, incluindo a assistência ao não agendado e garantindo também ambiência humanizada nas UBSs;
- Implantar gradativamente, com apoio de recursos federais, três (3) novas UBS em acréscimo às já existentes, a fim de garantir melhor distribuição e equidade do acesso entre as diferentes regiões de saúde, em especial na Zona Rural;
- Praticar o princípio do salário igual para trabalho igual, à educação permanente das equipes das UBS, com processo de trabalho articulado, em condições justas, favorecendo a integralidade da ação dos profissionais;
- Adotar formas de jornada de trabalho médico que garanta a possibilidade de composição da jornada em diferentes tipos de serviço.

Atenção de urgência e emergência - Propostas

- Ampliar e fortalecer a rede de urgência e emergência na cidade de Sumaré, de acordo com os regramentos técnicos e apoio financeiro do Ministério da Saúde, obtendo todos os recursos federais a que a cidade tem direito;
- Articular e organizar a rede de urgência e emergência, incluindo a assistência pré-hospitalar;
- Desenvolver qualificação permanente da equipe de atenção pré-hospitalar, de urgência e emergência para a assistência em saúde mental, especialmente para o atendimento aos dependentes do álcool, crack e outras drogas;
- Reformar e melhorar os PSf existentes com o apoio dos recursos federais destinados à melhoria da rede de urgência, utilizando, também, o modelo conceitual das UPA para equipar e qualificar os PSf municipais;
- Ter como meta que os pacientes atendidos em PSf municipal não permaneçam em maca por mais de 24 horas, garantindo a assistência em leito hospitalar, quando necessária;
- Construir três (3) novos PS, incluindo a zona rural.

Atenção ambulatorial especializada - Propostas

- Reduzir o tempo de espera para exames, consultas e procedimentos especializados, incluindo as cirurgias eletivas;
- Aproximar os tempos de espera nos serviços municipais de saúde daqueles admitidos no atendimento dos planos privados de saúde reduzindo, em uma primeira fase, à metade o tempo de espera atual para procedimento de maior complexidade e internação eletiva, consulta médica especializada e exame diagnóstico;
- Utilizar plenamente a capacidade instalada e ampliar a resolutividade dos ambulatorios de especialidades, completando o quadro dos profissionais e incorporando tecnologias e equipamentos para procedimentos terapêuticos e diagnósticos;
- Organizar e dar transparência ao agendamento – publicar listas, inclusive na internet, garantindo adequada informação e controle social da ordem de acesso;
- Garantir o atendimento integral aos problemas de saúde bucal, expandindo os serviços de atenção secundária e terciária;
- Retomar a implantação dos Centros de especialidades odontológicas (CEO);
- Rearticular e desenvolver centros de reabilitação, de modo a integrar as ações nesta área, oferecendo todos os serviços de reabilitação com equipe multiprofissional em unidades polivalentes articuladas e regionalizadas nas redes de atenção municipal e com os serviços existentes sob gestão estadual;
- Fortalecer os Centros de atendimento Psicossocial, efetivando a adequada qualificação com capacitação permanente da equipe multiprofissional dessas unidades, articulando-os com as UBS e ampliando para mais 03 unidades no prazo de 03 anos;

- Ampliar a carga horária de atividade dos CAPS, implementando o CAPS Álcool e Drogas, atuando de forma articulada com as unidades de acolhimento transitório e os serviços de residência terapêutica, visando a uma ação mais abrangente e integral para os dependentes do álcool, crack e outras drogas e suas famílias.

Atenção hospitalar - Propostas

- Construir e instalar, com apoio de recursos estaduais, federais e do BNDES, 01 hospital municipal com maternidade, com a meta de oferecer 500 novos leitos, garantindo maior equidade na distribuição;
- Estabelecer sistema de regulação que garanta agilidade no acesso aos leitos de internação, integrando rede básica e rede de urgência e emergência com a assistência hospitalar;
- Garantir oferta adequada de leitos para desintoxicação na assistência aos dependentes do álcool, crack e outras drogas;
- Otimizar o uso dos leitos existentes, organizando a assistência domiciliar e possibilitando a internação domiciliar, que traz benefícios aos convalescentes que estão na fase final da sua recuperação e que podem fazê-lo no aconchego dos seus lares;
- Buscar, para isso, o apoio técnico e financeiro do Programa Melhor em Casa do Ministério da Saúde.

Ações e serviços da vigilância em saúde - Propostas

- Elaborar e aprovar na Câmara Municipal a Reestrutura Organizacional para a vigilância em saúde, visando a adequada execução de ações, atividades e serviços para a preservação da saúde no município;
- Elaborar e implantar estrutura de cargos gerenciais, técnicos e de apoio, compatíveis com a estrutura organizacional da vigilância em saúde;
- Prover os cargos com pessoal qualificado, contratado mediante concurso público;
- Promover a inserção no trabalho e o aperfeiçoamento profissional do quadro de trabalhadores da vigilância em saúde, de modo a capacitá-los para as ações de gerenciamento, técnicas e de apoio;
- Promover a articulação interinstitucional entre os órgãos que devem integrar o Sistema Municipal de vigilância em Saúde;

III. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. QUALIDADE DE VIDA E LAZER (espaço da família, criança, juventude e terceira idade)

PROPOSTAS:

- Desenvolver políticas públicas de investimento na cultura e lazer enquanto componentes importantes para a inclusão social, contribuindo para a elevação da autoestima do povo e fazendo com que todos valorizem mais a cidade.
- A cultura no município será priorizada, com uma programação cultural intensa, nas diversas manifestações artísticas presentes na nossa cidade, mas também incentivando e apoiando os artistas locais que necessitam de qualificação e ferramentas para desenvolverem seus talentos.
- Criação de Centros Integrados de lazer nas ARs com acessibilidade a espaços esportivos à família, à juventude e à terceira idade.
- Criação do Clube de Lazer dos Servidores Públicos, um espaço destinado ao descanso e o lazer dos servidores da Prefeitura e seus familiares nos finais de semanas e feriados.

2. CULTURA

Sumaré tem uma diversidade cultural muito grande, principalmente pelos inúmeros processos migratórios. É necessário preservar esse pluralismo aberto a todas as manifestações culturais e valorizar a cultura.

É necessário democratizar a cultura partindo da ideia de que os bens culturais são direitos de todos e não privilégios de alguns. São direitos de acesso e usufruto das obras culturais: direito à informação, direito à formação e direito à produção cultural.

É preciso preservar conhecimentos, memórias, a transmissão dos repertórios de uma geração a outra. Dar prioridade a museus, arquivos, bibliotecas, aos registros escritos, sonoros e visuais de tradições orais e da produção contemporânea, assim como aos tombamentos, à preservação e à revitalização ambiental, a tudo que é indispensável ao desenvolvimento da nossa cidade.

As novas tecnologias digitais têm base e potencial para democratizar o acesso ao conhecimento e às atividades culturais. Desenvolveremos políticas públicas de investimento na cultura e lazer enquanto componentes importantes para a inclusão social, contribuindo para a elevação da autoestima do povo e fazendo com que todos valorizem mais a cidade. A cultura no município será priorizada, com uma programação cultural intensa, nas diversas manifestações artísticas presentes na nossa cidade, mas também incentivando e apoiando os artistas locais que necessitam de qualificação e ferramentas para desenvolverem seus talentos.

PROPOSTAS:

- Criação da Secretaria de Cultura e reestruturação do Conselho Municipal de Cultura, que terá como objetivo buscar prioritariamente a consecução dos seguintes projetos:
- Implantação do Sistema Municipal de Cultura;
- Adesão ao Sistema nacional de Cultura.
- Cultura Viva e o Ponto de Cultura do Governo Federal;
- Criar a Casa da Cultura Sumareense – espaço multidisciplinar contemplando vários projetos e programas, contendo serviço de formação artística que atua na iniciação no ensino das artes, através de cursos e oficinas para crianças, adolescentes, adultos e idosos;
- Oficinas artísticas e culturais;
- Feira do Livro e Feira do Artesanato;
- Festival de Música e a Virada Cultural;
- Viabilizar um espaço onde os artistas possam expor e comercializar seus trabalhos, de modo permanente e organizado;
- Restauração da Biblioteca Pública Municipal Professor Plínio Machado da Silva, e criação do Ônibus Biblioteca que levará livros, filmes e cultura a zona rural.
- Cultura em toda parte: prevê a instalação, recuperação e remodelação dos equipamentos culturais, implementando uma política de descentralização que não prescinda a tarefa de conferir visibilidade às produções até agora não implementadas;
- Criação de dois novos Centros Culturais de referência, no prazo de 02 anos, um na AR Matão e outro na AR CURA, com arquitetura sustentável. Tais Centros Culturais conterão biblioteca, cinema, teatro multiuso, salas de exposição, livraria, oficinas de artesanato, ludoteca, espaços de convivência (para jovens, adultos e terceira idade). Abrigarão também as Casas de Cultura padrão e digital;
- Criação de mais dois novos Centros Culturais de referência, no prazo de 04 anos, um na AR Maria Antonia e outro na AR Picerno, com arquitetura sustentável. Tais Centros Culturais conterão biblioteca, cinema, teatro multiuso, salas de exposição, livraria, oficinas de artesanato, ludoteca, espaços de convivência (para jovens, adultos e terceira idade). Abrigarão também as Casas de Cultura padrão e digital;
- Assegurar a existência de equipamentos culturais em todas as Administrações Regionais do município;
- Programa de racionalização e otimização da circulação da produção cultural, reduzindo a inatividade e a capacidade ociosa dos equipamentos culturais;
- Modificação dos horários dos espaços e equipamentos públicos municipais, estendendo seu funcionamento também para o período noturno, aos sábados, domingos e feriados;

- Gratuidade, em pelo menos um dia da semana, em todos os eventos realizados na rede de equipamentos culturais da Prefeitura;
- Construção do Teatro Municipal de Sumaré;
- Estímulo e incentivo à criação de cineclubes, organizando uma rede de difusão e debates sobre a produção audiovisual contemporânea e a história do cinema mundial.
- Criação de centros dedicados à formação permanente nas diversas linguagens artísticas, nos saberes artesanais e no cultivo da cultura popular, tradicional e espontânea;
- Estabelecer um programa permanente de oficinas, cursos, workshops e ateliês, contínuos e itinerantes, que percorram periodicamente os espaços culturais administrados pelo poder municipal;
- Implementação de cursos de formação dedicados à qualificação dos agentes envolvidos na administração de patrimônio, museus, centros culturais, casas de cultura e outros equipamentos culturais públicos.
- Elaborar políticas de mapeamento e divulgação da diversidade cultural paulistana;
- Elaborar inventário sobre a diversidade cultural de Sumaré, listando e georreferenciando todo patrimônio material e imaterial da cidade;
- Criar Portal de informação Cultural da cidade, destacando os eventos da semana, a programação cultural fomentada pela Secretaria Municipal, as atividades culturais e festas permanentes que ocorrem em Sumaré;
- Implementação do Fundo Municipal de Fomento à Cultura, com o objetivo de unificar e coordenar as linhas dispersas de financiamento municipal, ampliando os recursos disponíveis e atingindo as áreas até agora não contempladas. A dotação do Fundo Municipal de Cultura será determinada em lei, e deverá ter por base uma porcentagem do orçamento municipal correspondente à arrecadação total das atividades culturais do município;
- Ampliação e modernização dos programas de incentivo à cultura já existentes no município;
- Lançamento de editais que contemplem manifestações artísticas e culturais pouco consolidadas e valorizadas pelo mercado;
- Criar o programa Bolsa-cultura - um financiamento no formato de bolsa, que remunere mensalmente o agente cultural e permita a prestação de contas da aplicação dos recursos, de modo simplificado e desburocratizado;
- Organização de conferências municipais de cultura;
- Constituição de Política de intercâmbio entre a Secretaria da Cultura, as demais secretarias municipais e órgãos da prefeitura para desenvolver programas educativos e culturais;
- Elaboração e implantação de um Plano Municipal do Livro e da Leitura;
- Implantação do projeto "Bibliotecas das Comunidades" em praças, parques e outros espaços públicos;
- Apoiar e cofinanciar os programas e projetos da Associação Pró-Memória de Sumaré;
- Valorizar e dar visibilidade às principais obras artísticas e culturais da cidade – dentro da concepção de museu a céu aberto –, tais como: monumentos públicos, projetos arquitetônicos e bairros históricos: e até mesmo manifestações efêmeras, como grafites, rituais afro-brasileiros e similares;
- Recuperação e requalificação de equipamentos culturais e prédios públicos de valor históricos;
- Criação do Pavilhão Nordeste na Região do Jd Maria Antonia, incorporando programas e projetos que valorizam a cultura do Norte e Nordeste brasileiros, aliando gastronomia, artesanato, música e artes diversas que precisam ser preservados, tornando-se um projeto de turismo regional;
- Criação do Museu Histórico de Sumaré e o Arquivo Municipal;
- Atualizar a legislação vigente de preservação do patrimônio histórico e artístico material e imaterial.

3. ESPORTE E LAZER

O Município apoiará e incentivará as práticas esportivas formais e não formais, o lazer como direito de todos e como forma de integração social. Eles são importantes instrumentos de desenvolvimento humano e social, capazes de causar impactos profundos, tanto na vida do indivíduo, melhorando a saúde e o desempenho

escolar, como na vida comunitária, reduzindo a violência e promovendo a inclusão. É preciso democratizar o acesso ao esporte e ao lazer, um direito de todos.

PROPOSTAS:

- Democratização e incentivo ao Esporte e ao Lazer, nas suas mais diversas modalidades esportivas;
- Revitalização da Secretaria Municipal de Esportes;
- Elaboração, Aprovação e Implementação do Plano Municipal de Esportes Inclusivo;
- Revitalização do Centro Esportivo, arquibancadas, banheiros, iluminação e gramados;
- Revitalização dos campos de futebol no Município, com implantação de projetos de utilização comunitária do espaço público;
- Construção de quadras esportivas e poliesportivas e campos de futebol nos bairros;
- Criação da Escolinha de Futebol infantil e juvenil, com parceria com clubes de renome Nacionais;
- Apoio à Liga Esportiva Municipal na promoção de campeonatos e competições;
- ESPORTE NAS ESCOLAS: ampliação e modernização dos jogos estudantis (JEPEIS – JOGOS ESTUDANTIS POLI-ESPORTIVOS E INCULSIVOS DE SUMARÉ);
- Criação do Calendário Esportivo;
- Incentivar e apoiar os atletas e equipes para participar de competições estaduais, intermunicipais e nacionais, incluindo os paraesportes;
- Captação de Recurso para projetos e programas de esportes;
- Reestruturação das aulas e projetos de esportes nas escolas da rede pública como parte da formação integral dos alunos;
- Construção de cidadania, abrindo oportunidades para que todos possam participar de práticas esportivas de forma permanente;
- Construção de mais dois centros esportivos em dois anos: um na AR Maria Antonia e outro na AR Picerno;
- Implantação de parque de esportes radicais na AR CURA e AR Matão: implantar um espaço de esportes radicais que ofereça condições para a prática de diferentes modalidades como skate, patins in line, bike, tirolesa, rapel e escalada e pista de skate-mirim. Este parque contará com espaços para oficinas de esportes radicais, além de abrigar várias atividades culturais;
- Alternativas de lazer: ampliar a oferta de opções de lazer em Sumaré, com participação da comunidade na construção de alternativas, com a equidade de distribuição de equipamentos na cidade, revitalizando os espaços públicos destinados a esse fim, criando novos espaços e programadas ações para os finais de semana e feriados, como as ruas de lazer (com equipamentos móveis e recursos humanos específicos) espetáculos circenses, teatro popular, cinema gratuito e outros;
- Realização de Conferência Municipal para elaboração do Plano decenal de esportes para o município;
- Implantação do “Programa academias da Saúde”, com recursos do governo federal e em parceria com o Ministério da Saúde (<https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/academia-da-saude/construcao-de-polos>);
- Reestruturação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;
- Constituir parcerias do fundo Municipal de esporte e lazer com a iniciativa privada, visando sua ampliação e fortalecimento;
- Esporte e Qualidade de vida: implantar programa municipal de lazer e atividade física, contemplando caminhadas, corridas de rua, ciclismo e programação para a terceira idade, em parceria com as entidades do Sistema “S”, clubes e organizações não governamentais;
- Descentralizar a gestão da política de esporte e lazer para as ARs, como meio de ampliar as atividades esportivas nos bairros;
- Integrar as escolas de Educação Física com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, por meio de parceria, com a participação de monitores voluntários, como forma de atender os estágios curriculares obrigatórios;
- Instituir a olimpíada estudantil Municipal de forma periódica e definida;

- Implantação do Programa escolinha do Skate em parceria com a federação Paulista de Skate;
- Capacitação dos profissionais da Secretaria de esporte como agentes da cultura esportiva, propagadores e difusores de conhecimento e dos benefícios que a atividade física proporciona para as pessoas;
- Estimular a participação da mulher no esporte;
- Estimular a participação da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida no esporte;
- Implantação de um programa de Brinquedotecas Entidades Sociais e Comunitárias do Município, com o objetivo de criar espaços e alternativas lúdicas para as crianças, resgatando brinquedos e brincadeiras que fazem parte da cultura popular.

4. CIDADE DIGITAL, INOVADORA E INCLUSIVA

- Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de tecnologias colaborativas, abertas e promovidas por coletivos e indivíduos, a gestão estimulará as seguintes políticas e ações:
- Desenvolvimento de uma política pública de fomento às liberdades na rede, baseada nas competências do gestor municipal, com o desenvolvimento de licenças livres de obras culturais e educacionais custeadas ou realizadas pela prefeitura, e de todos os documentos públicos;
- Estímulo à criação e ao compartilhamento de recursos educacionais abertos, à produção colaborativa de materiais didáticos e processos de aprendizagem, à disseminação de criações, invenções e troca de saberes, envolvendo escolas, professores, estudantes e a comunidade em geral;
- Desenvolvimento de um programa de apropriação crítica das tecnologias, por meio de laboratórios de garagem, espaços para ciência de bairro e pontos de cultura digital, a serem desenvolvidos em parceria com pequenos empreendedores (donos de lanhouse), grupos da sociedade civil e/ou equipamentos da prefeitura, como instituições culturais, escolas, telecentros e universidades;
- Estímulo a ações de ocupação das ruas por artistas e produtores culturais, como forma de ampliar o compromisso dos cidadãos com o espaço público;
- Organização e articulação de processos de realidade aumentada com a colaboração dos cidadãos construindo os caminhos múltiplos entre o ciberespaço e os prédios, praças e ruas;
- Fomento aos meios alternativos de comunicação e cultura livres, em especial ao mídiativismo², com apoio às rádios comunitárias, música livre, estúdios livres, às plataformas de comunicação em rede, como blogs e sites de produção de conteúdo informativo, saraus e espaços de literatura.

5. REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

As ações na área de Assistência Social e Cidadania serão organizadas, elaboradas, executadas e acompanhadas com base nas ideias de participação da comunidade, de descentralização administrativa e da integração das ações dos órgãos e entidades da administração municipal e destes com o Estado e União. É necessário garantir os direitos e o acesso a bens e serviços a cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, com parcerias, transparência e geração de renda. Existem ainda muitos cidadãos sumareenses que vivem em situação de vulnerabilidade social: desestruturação familiar, desemprego, drogas, renda insuficiente, violência doméstica e social, insegurança alimentar, pessoas em

² O mídiativismo de massa reúne experiências de movimentos sociais organizados que produzem mídias comunitárias e populares, de dentro do paradigma da radiodifusão, se afirmando como práticas das sociedades civis alternativas e antagonistas em relação ao modo de se fazer comunicação dos conglomerados empresariais transnacionais e nacionais de mídia (que controlam a opinião pública desde o nível local até o internacional). Já o mídiativismo ciberativista reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos. (MALINI; ANTOUN, 2013, p.21)

situação de rua, pessoas com deficiência, famílias com dificuldade de acesso aos serviços públicos, moradias em áreas de risco, egressos do sistema prisional, calamidades públicas, etc. Para superar isto, é necessária a melhoria das condições de Assistência Social em nosso município, proposta fundamental do nosso plano de governo. Será efetivada mediante uma ação governamental de planejamento do governo municipal, em consonância com os planos, programas e plano do Governo Federal e estadual, que estabeleça definitivamente uma política pública séria, com ações compartilhadas, que represente um grande salto na qualidade de vida da população de Sumaré.

PROPOSTAS:

- Locação Social, para demandas específicas (idosos, população em situação de rua, trabalhadores de baixa renda nas áreas centrais), integrada a outras políticas de assistência social, saúde, qualificação profissional, etc., especialmente em imóveis que não estão cumprindo o papel social da propriedade;
- Auxílio-aluguel como alternativa provisória de moradia para casos que necessitem de atendimento emergencial não programado – situações de risco, calamidades e remoção de moradores para execução de obras de urbanização;
- Implementação e ampliação dos programas do Governo Federal como FIES, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Programa Menor Aprendiz, instituídos pelo Governo Federal;
- Ampliação e melhoria dos espaços físicos dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Criar o Centro de Convivência dos Idosos nas demais Regionais;
- Implementar o Programa de Planejamento Familiar;
- Qualificação e valorização continuada dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Apoiar as ações da Pastoral da Criança e demais entidades religiosas voltadas para a promoção humana e social;
- Construções, reformas e ampliação das creches municipais;
- Buscar junto ao Governo Federal as ações do Programa Brasil Sem Miséria;
- Implantar programa visando combater a desnutrição da Criança, do Idoso e da Gestante de baixa renda;
- Assegurar a rede de proteção local formada pelos órgãos públicos e entidades não governamentais e comunidade;
- Fomentar a participação e articulação com os Conselhos de Saúde, Habitação, educação, Meio ambiente;
- Proporcionar auxílio psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência;
- Implantar projeto visando a promoção de ações voltadas à prevenção da violência nas unidades escolares;
- Construir mecanismos de acionamento e fluxos dos usuários no sistema de políticas sociais, promovendo a garantia de acesso com graus crescentes de resolutividade;
- Planejar a execução de propostas de ação integrada a partir de uma base de prioridades sociais;
- Construir de forma intersetorial o Banco de dados Social – instalação do Cadastro Social, alimentando-o com dados de todas as secretarias que operam políticas sociais;
- Desenvolver o Programa Nacional BPC Trabalho – que integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, “Viver sem limite”, promovendo o acesso ao trabalho de portadores de deficiência na faixa etária de 16 a 45 anos, bem como dos beneficiários com baixa escolaridade que aliam às limitações da deficiência a baixa renda e a falta de oportunidades em políticas de saúde e educação;
- Desenvolver o Programa BPC na escola, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência na escola de portadores de deficiência na faixa etária até 18 anos – nenhuma criança com deficiência fora da escola;
- Qualificar a relação entre benefícios e serviços socioassistenciais;
- Estabelecer os nexos entre a política de Assistência Social de Sumaré e a Política Nacional pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Garantir a operação do Sistema Único de Assistência Social na cidade, vinculando a gestão municipal da política de assistência social ao sistema federativo;

- Expandir a presença do poder público nos territórios, ampliando a rede de CRAS e CREAS para melhores padrões de cobertura;
- Implantar um centro especializado de atenção à população em situação de rua;
- Implantar Centro-Dia de referência para Pessoas com deficiência como Unidade referenciada ao CREAS, com foco na prestação do Serviço de Proteção Social especial para Pessoas com deficiência e suas famílias;
- Implantar serviço de acolhimento institucional em residência inclusiva para jovens e adultos com deficiência, com a finalidade de fomentar a construção progressiva da autonomia e o desenvolvimento de capacidades adaptativas para a vida diária;
- Realizar levantamento diagnóstico de pessoas com deficiência e alto grau de dependência internadas/acolhidas em instituições;
- Programa de regulação dos serviços conveniados com organizações sociais por meio do Vínculo SUAS;
- Assegurar aos serviços socioassistenciais a heterogeneidade de atenções em forma de rede integrada e complementar que garanta acolhida, convívio, autonomia e equidade, o que exige expansão de cobertura, recursos e profissionais com resolutividade na atenção;
- Criar programa municipal de articulação, fortalecimento e conexão entre os serviços socioassistenciais estatais e não governamentais;
- Recuperar a integralidade da rede de proteção a pessoas em situação de rua, ofertando serviços diversificados intersetoriais para a reconstrução do projeto de vida dessas pessoas;
- Complementar a rede de serviços de atenção a idosos, desde a atenção domiciliar até a multiplicação de unidades de convívio social;
- Construir estudos de demanda e cobertura dos serviços socioassistenciais na cidade por território, tipologia e segmento social, verificando o índice de ocupação de vagas, a demanda reprimida, as condições de funcionamento e os padrões de qualidade e custo;
- Garantir aos profissionais condições técnico-operacionais e formação para atenção em unidades territoriais de proteção social, com atenção de massa;
- Manter programa de capacitação dos trabalhadores do SUAS, incluindo serviços conveniados;
- Protocolos e acordos para melhor resolutividade e alcance de direitos sociais;
- Integrar as instâncias de participação (fóruns e colegiados de gestores), pactuação (comissões intergestores) e deliberação (Conselhos de Assistência Social), comprometendo-se com a articulação entre os entes federativos e suas instâncias;
- Construir um sistema de notificação de situações de violação de direitos e fortalecer o trabalho de prevenção e atenção nos CREAS;
- Estabelecer pactos com o Judiciário na atenção a crianças, adolescentes, idosos e população em situação de rua;
- Participar da construção de programas e protocolos de ação integrada sobre uma base de prioridades governamentais com destaque a programas nacionais, como o programa nacional de enfrentamento ao uso do crack e outras drogas;
- Articular, na região metropolitana, a promoção e defesa de direitos de proteção social no âmbito da seguridade social, com destaque para a atenção de famílias;
- Reconhecer, fomentar e fortalecer a condição estratégica do município na gestão e execução da Política de Assistência Social em articulação com outras políticas de corte social na região metropolitana, requerendo da esfera estadual e federal o apoio em ações normativas e por financiamento;
- Integrar os sistemas de notificação de violação e violência entre saúde e assistência social.

6. DROGAS - Prevenção e Tratamento

- Criar um comitê integrado antidrogas intersetorial vinculado à saúde;

- Criar programa integrado de atendimento aos dependentes e família, que envolva atenção na área da saúde, educação, formação profissional e assistência jurídica;
- Campanha educativa em todas as escolas municipais, particulares, estaduais e federais de ensino básico, nas instituições religiosas, clubes de serviços, objetivando a prevenção ao uso de drogas;
- Construir centros de arte, cultura, ciência, educação e empreendedorismo em todas as regionais voltadas prioritariamente ao atendimento de jovens entre 11 e 21 anos com o intuito de dar uma opção de contraturno para os jovens;
- Capacitação de profissionais da saúde para o atendimento adequado aos usuários e dependentes de drogas lícitas e ilícitas;
- Disponibilizar pelo menos 500 vagas para internamento de dependentes.

7. TURISMO

O turismo tem um enorme potencial de geração de emprego e renda. Ele deve se articular com programas e projetos das áreas de educação, cultura e negócios para explorar as potencialidades econômicas, culturais, geográficas e de hospitalidade de nossa cidade. Deve-se estimular a formação de mão de obra qualificada e a formação de cadeias de serviços de hospedagem, alimentação e locomoção para um atendimento de qualidade ao turismo.

PROPOSTAS:

- Estruturar o Departamento de Turismo;
- Dinamizar a cadeia produtiva de turismo;
- Incrementar a articulação entre a cadeia do turismo e outras cadeias produtivas, visando gerar novos negócios e rotas turísticas locais;
- Melhorar a infraestrutura turística do Município;
- Criar parcerias com os municípios para conservação e melhorias de equipamentos turísticos;
- Ampliar o turismo social, o ecoturismo e o turismo educativo;
- Ampliar o turismo de negócios;
- Estimular a prática de turismo sustentável, com novas tecnologias e combustíveis que garantam o uso racional dos recursos naturais;
- Estabelecer Programas Especiais de Turismo para os Parques Municipais a serem estruturados;
- Incentivar a criação e o financiamento de cursos necessários ao desenvolvimento do turismo;
- Ampliar o apoio a festas e eventos de caráter regional;
- Ampliar o inventário sobre o potencial turístico da cidade de Sumaré;
- Aprimorar a sinalização turística do Município;
- Ampliar a participação no Programa "Investe SP", inclusive por meio de eventos de caráter regional;
- Levantar e catalogar o acervo de belezas naturais existentes no Município para fins de Turismo;
- Elaborar o Calendário Anual de Eventos Municipais para fins de atrações turísticas;
- Divulgar, em mídia impressa, os eventos, os pontos e o Calendário Turístico do Município de Sumaré;
- Criar diversos projetos com programações turísticas, artísticas e culturais, capazes de atrair grandes públicos da região;
- Criação de parceria com os Assentamentos Agrícolas de Sumaré como exponencial projeto de Turismo de Gastronomia.

8. INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA E NA CIDADE

- Atualização da infraestrutura de tecnologia da informação da prefeitura com disponibilidade de rede interna com alta capacidade e adoção de tecnologias aplicadas à gestão como a utilização de recursos adequados para produção de informações de apoio às decisões;
- Adoção de abordagens inovadoras no uso da tecnologia, com aplicações baseadas na internet, telefones

celulares e tablets que permitam reorganizar em profundidade os serviços municipais, rompendo com processos e dinâmicas de trabalho ultrapassadas e criando novos padrões para processos críticos da gestão municipal;

- Implantar o geoprocessamento como instrumento de planejamento municipal;
- Uso intensivo da tecnologia da informação para integração de serviços (inclusive com outros entes federativos), reorganização dos serviços virtuais, inclusão digital e estabelecimento de nova forma de interação entre o poder público e os cidadãos com personalização de ambientes de navegação e uso de diferentes plataformas (celulares e tablets, por exemplo);
- Ampliação e centralização dos serviços telefônicos disponíveis no Serviço 156, oferecendo um serviço que interaja com os cidadãos;
- Aplicação da tecnologia para integração com os parceiros e fornecedores da Prefeitura, com o objetivo de melhorar a transparência, rapidez e a qualidade no fornecimento de produtos e serviços;
- Ampliação da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, por meio de plataformas apropriadas;
- Implantar novo modelo de gestão de TI na prefeitura, objetivando a maior transparência da gestão;
- Criação do Centro de informações estratégicas e dos escritórios de informações Gerenciais;
- Implantação do sistema de prontuário eletrônico no gerenciamento dos atendimentos da rede municipal de saúde;
- Criação de Centrais de atendimento aos Cidadãos nas Ars, reunindo em um mesmo local a prestação de diversos serviços, com rapidez, eficiência e qualidade, com a presença de vários órgãos prestadores de serviços públicos. Serão instaladas em espaços e com infraestrutura adequada, com terminais de computadores e monitores para que possam ser usados pelos munícipes para encaminhar suas demandas;
- Criação de projeto que integrará os cadastros pessoais dos serviços públicos e dos programas sociais dos diversos órgãos e buscará estabelecer parcerias com o governo do estado e com o Governo federal para que os serviços aos cidadãos sejam prestados num Balcão Único, de forma integrada;
- Criação de projeto onde serão estabelecidos critérios para o investimento em publicidade oficial, canais que permitam reunir notícias de todas as áreas de governo, com distribuição pública de suas informações, além de medidas para o fortalecimento da comunicação plural, através de rádios comunitários legalizados no município;
- Criação de um Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária, práticas de educação não formal em comunicação, com a realização de oficinas de educomunicação para jovens;
- Realização da Conferência Municipal de Comunicação e a constituição de um Conselho Municipal de Comunicação.

9. ABASTECIMENTO, SEGURANÇA ALIMENTAR e CONSUMO CONSCIENTE

- Reestruturar e ampliar os programas de abastecimento e de segurança alimentar com foco na erradicação pobreza de Sumaré;
- Estimular o consumo consciente da população;
- Fortalecer e estimular a expansão das feiras livres;
- Incentivar o desenvolvimento de alternativas científicas e tecnológicas locais, de baixo impacto ambiental, social e economicamente relevante tanto na área de produção quanto de consumo e disposição de resíduos;
- Utilizar o poder de grande comprador da administração municipal para estabelecer critérios rigorosos para todos os fornecedores de bens e serviços, exigindo comprovação de qualidade ambiental de origem dos produtos adquiridos, entre outros critérios sociais, econômicos e culturais;
- Rever procedimentos na administração municipal, eliminando desperdícios em todos os setores sendo um exemplo de redução de consumo e reaproveitamento de materiais;

- Estimular o uso de produtos orgânicos na merenda escolar e em outros programas de abastecimento, buscando os fornecedores regionais mais próximos;
- Formular e implementar atividades voltadas à educação para o consumo consciente em todos os segmentos da sociedade, com apoio das redes escolares pública e privada em todos os níveis e das redes sociais;
- Estimular iniciativas que agreguem valor aos produtos agrícolas;
- Incentivar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, notadamente nos temas de agricultura de precisão e nas aplicações de biotecnologia;
- Intensificar a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar;
- Estimular programas de inclusão digital, de eletrificação e de telefonia no meio rural;
- Estimular o cooperativismo e o associativismo;
- Reforçar as barreiras sanitárias;
- Reduzir a perda da cobertura florestal;
- Estimular o crescimento de Florestas Plantadas;
- Facilitar a união das tecnologias produzidas nas escolas técnicas e universidades estaduais com os produtores rurais.

10. SEGURANÇA PÚBLICA

- Programa Territorializado de Prevenção da Violência e da Criminalidade;
- Implantar o "Programa Vizinhança Solidária", aumentando o vínculo polícia-comunidade;
- Criar a "Ronda Maria da Penha" para combater a violência contra a mulher;
- Implantar o sistema detecta, com aporte logístico, para fortalecimento da capacidade preventiva, fiscalizadora e de combate ao crime, em parceria com as Polícias Cíveis e Militares;
- Política de enfrentamento do Crack, devendo ocorrer por meio de ação intersetorial (saúde, assistência social, emprego e renda, educação, cultura, lazer, esportes, etc.) e desenvolvida de forma integrada com o Governo estadual e com o Governo federal, por meio de seu Programa "Crack é Possível vencer", da mesma forma, com as instituições estaduais e numa perspectiva de integração também regional, articulada pela Agemcamp - RMC;
- Aperfeiçoar a Delegacia de Defesa da Mulher, com acolhimento humanitário.
- CAPS comportam uma população de abrangência, com limite de número de usuários, e devem ser distribuídos nas várias regiões da cidade e funcionar 24 horas, diferenciando público infanto-juvenil do adulto, e de gestantes usuárias de drogas;
- Videomonitoramento integrado;
- Integrar os sistemas das diversas instituições municipais para melhor aproveitamento das informações (Guarda Civil Metropolitana, Companhia de engenharia de tráfego, SAMU, Defesa Civil);
- Integrar o sistema com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros;
- Ampliar o videomonitoramento para locais mais vulneráveis à criminalidade e a acidentes;
- Criar bases móveis da GM com videomonitoramento;
- Adaptar micro-ônibus com câmeras telescópicas, operadoras de mesa;
- Sistematizar as informações em proveito da inteligência em matéria de segurança urbana;
- Efetuar gestões junto ao Governo do Estado para ampliar o acesso às informações Criminais da Secretaria de Segurança Pública do Estado, chamado INFOCRIM;
- Atualizar mapas dos bairros e ruas onde há mais ocorrências de crime, fundamental para estabelecer ações preventivas de segurança;
- também fazer gestões junto ao Governo Federal para ter acesso ao Sistema de informação de Segurança (infoSeG) do Ministério da Justiça;
- Acessar ao infoSeG por meio de Convênio de Cooperação federativa com a União;

- Fortalecimento da Guarda Municipal e reformulação do Convênio de atividade delegada aumento de efetivo e modernização de equipamentos;
- Construção de nova base da GM e Bombeiros Municipais em sedes diferentes, adaptadas para o uso correto das atividades da corporação;
- Estimular e garantir a participação da sociedade civil na política de segurança pública, fortalecendo a prevenção primária.

IV. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- Ampliação da cobertura de COLETA DE LIXO em todos os bairros da cidade;
- Criação do Congresso Municipal de Meio Ambiente;
- Criação do Plano Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Cumprir as metas de Aichi/Nagoya de biodiversidade de cobertura vegetal de Sumaré, apoiando a Estratégia Estadual de Biodiversidade;
- Cumprir os compromissos de combate às emissões de gases de efeito estufa.
- Desenvolver a educação ambiental na rede estadual de ensino.
- Fortalecimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- Programa CIDADE+ VERDE: plantio de árvores nas ruas e terrenos particulares, viabilizando o Plano Municipal de Arborização Urbana;

1. GESTÃO AMBIENTAL URBANA

- Viabilizar a implantação do Programa Resíduos Sólidos Urbanos e Gestão Ambiental Urbana do Governo Federal financiado com recursos da Caixa, BNDES e emendas do Orçamento Geral da União.

PROPOSTAS:

- Atualização do Plano Municipal de Resíduos Sólidos;
- Tratamento de Resíduos Sólidos (lixo) com a implantação do Galpão de Triagem e incentivo à cooperativa de catadores;
- Gestão Ambiental com despoluição das fontes de águas e mananciais urbanos;
- Criação do Aterro Sanitário Municipal através de Parcerias Público-Privadas;
- Zerar a perda de cobertura florestal e estimular o reflorestamento;
- Proteger as bacias e mananciais, em especial, os de abastecimento público;
- Atualizar os mapeamentos de áreas de risco com proteção socioambiental das famílias nas áreas vulneráveis;
- Cumprir as metas das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos;
- Fiscalizar o suprimento hídrico dos setores de abastecimento público, industrial e agrícola mediante ações e obras compatíveis com os planos de recursos hídricos estadual, macrorregional e de bacias hidrográficas, através da Concessionária destes serviços;
- Estimular a reciclagem e a redução de geração de resíduos sólidos;
- Estimular a implantação de ciclovias, áreas verdes e de lazer, de parques lineares, parques urbanos etc.;
- Elaborar o Plano Municipal de Proteção Animal, de acordo com o Decreto Estadual nº 64.188/19;
- Incentivar o município na realização de feiras de adoção, capacitações e campanhas educativas sobre guarda responsável de cães e gatos e apoio à castração e à microchipagem;
- Reordenamento do uso do solo e urbanismo baseado na capacidade de suporte e planejamento territorial local (por subprefeitura), em consonância com os Planos de Bacias e demais planos que devam e possam interagir;

- Introdução de um novo conceito de cidadania, baseado em uma relação de responsabilidade ambiental da população para com a cidade e seu território, por meio da implementação da agenda 21 e outros instrumentos de participação e controle social;
- Articulação com as esferas nacional, estadual e consonância com o atual momento de desenvolvimento nacional;
- Universalização do saneamento: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e limpeza urbana;
- Desenvolvimento de políticas e programas de redução na geração de resíduos sólidos e de incentivo à reciclagem, com inclusão social dos catadores;
- Garantia de melhores condições de trabalho e sistemas de tratamento, com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos que vai para aterros, conforme definições da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Implantação de Sistema de Gestão e Gerenciamento de riscos ambientais com ampla participação das comunidades;
- Implementar, constantemente, a sustentabilidade ambiental no planejamento urbano e no uso do solo municipal;
- Elaboração, a partir de processo participativo, do Plano de Sustentabilidade Ambiental Municipal para enfrentar as principais ameaças à urbana, com metas e indicadores para:
 - a) espraiamento urbano;
 - b) adensamento construtivo;
 - c) geração, minimização, reciclagem e disposição de resíduos;
 - d) redução das perdas de vegetação natural e de habitats (30% entre 1986 a 1999) e ampliação do sistema de áreas verdes e protegidas;
 - e) qualidade das águas e proteção dos mananciais;
 - f) qualidade do ar e controle de emissões de gases de efeito estufa – inventário de emissões;
 - g) impermeabilização do solo e eliminação de deficiências na macrodrenagem;
- Definição e construção de indicadores e metas de sustentabilidade na revisão do Plano Diretor;
- Fortalecimento do processo de planejamento ambiental participativo e da gestão urbana ambiental;
- Uso das chamadas piscinas de retenção de água pluvial, e compensação ambiental para abater a água adicional gerada pela impermeabilização por grandes empreendimentos;
- Introdução da avaliação ambiental estratégica para avaliar as políticas, os planos e programas municipais;
- Reduzir a tributação dos chamados edifícios verdes, projetados de acordo com os princípios de sustentabilidade do Plano de Sustentabilidade Municipal;
- Reduzir a tributação dos veículos automotores menos poluentes, com a devolução da cota parte do Município no IPVA.
- Implantar um sistema de controle da densidade construtiva, gerado com a implantação de grandes empreendimentos verticais de forma a evitar a sobrecarga da infraestrutura instalada (água, esgotos etc.), e para evitar o congestionamento do sistema viário pelo tráfego gerado pelos usos lindeiros e pelo estacionamento na via pública;
- Desenvolver métodos e técnicas de avaliação de impactos de operações Urbanas e Áreas de ampliação do estoque Construtivo adicional;
- Controlar os impactos cumulativos: no volume de tráfego, na qualidade do ar, nas áreas verdes e espaços livres e na capacidade suporte de infraestrutura de saneamento;
- Selecionar indicadores de sustentabilidade para o monitoramento de efeitos diretos e indiretos de operações Urbanas;

- Implantar um sistema de gestão e gerenciamento de riscos ambientais, com foco especial nas enchentes, inundações e nos deslizamentos, com ampla participação das comunidades e que contemple programas para remoção, socorro e assistência social às vítimas;
- Criar programas preventivos de melhoria, manutenção e desobstrução dos sistemas de micro e macrodrenagem, com a permanente limpeza de galerias e bueiros;
- Adotar medidas estruturais de médio e longo prazo, reordenando a ocupação das várzeas e fundos de vale, favorecendo a retenção do escoamento superficial e aumento da permeabilidade;
- Criar um programa de remoção progressiva de moradores de áreas de risco e recomposição com vegetação nativa das áreas degradadas, em conformidade com a política habitacional que prevê oferta de moradias para alojar a população removida;
- Fortalecer o Programa Municipal de informação e Monitoramento de áreas de risco;
- Aperfeiçoar o sistema de prevenção e contingência ao risco e eventos de desequilíbrio ambientais;
- Criar o conceito de rede, articulando áreas verdes públicas já existentes com novas áreas a serem implantadas (pequenos parques, praças e espaços livres) de forma a garantir a universalização do acesso às áreas verdes e de lazer de qualidade na cidade;
- Instituir a Política Municipal de Preservação de Serviços ambientais e um sistema de contrapartidas ambientais para as compras e contratos municipais;
- Instituir um sistema de informações geográficas das áreas verdes públicas da cidade, contendo informações mínimas como a descrição completa da área, situação atualizada entre outros;
- Rever os mecanismos de autorização para manejo e supressão de vegetação, instituindo novas formas de valoração e compensação, diferenciadas para cada região da cidade;
- Realizar a Conferência Municipal do Meio Ambiente e incrementar mecanismos de controle social sobre a política ambiental da cidade;
- Promover a arborização das calçadas e a sua adaptação às normas sobre acessibilidade;
- Elaboração de carta aos munícipes com as orientações sobre como reformar sua calçada e plantar uma árvore, através da elaboração da cartilha "Manual de Arborização Urbana" na qual constarão as espécies de árvores adequadas ao plantio na cidade e forma de plantio;
- Pactuar com a BRK Ambiental para que toda a população da cidade tenha acesso pleno ao abastecimento de água em quantidade e qualidade adequadas, bem como a coleta e ao tratamento de esgoto produzido;
- Integrar a Política de Saneamento e de Habitação como forma de garantir a universalização;
- Participar da elaboração da política tarifária e exigir que se garanta o acesso ao saneamento pleno a toda a população através de tarifa social abrangente e mecanismos de subsídio, quando necessário;
- Fiscalizar e acompanhar a aplicação do contrato existente entre a BRK Ambiental e o Município;
- Criar mecanismos para, em conjunto com o Ministério Público e BRK Ambiental, garantir que toda a população da cidade que habita áreas ocupadas em processo de regularização tenha acesso aos serviços de saneamento;
- Pactuar que a BRK Ambiental garanta capacidade operacional própria de forma atender com qualidade as demandas pelos serviços na cidade;
- Desenvolver campanhas pelo uso racional da água e exigir da BRK Ambiental a intensificação das ações com vistas à redução das perdas de água no sistema;
- Incentivar o desenvolvimento de alternativas técnicas capazes de promover um maior alcance socioambiental;
- Reaproveitamento e minimização de resíduos por meio da reciclagem e sistemas de tratamento (compostagem, biodigestão e outros) de forma a encaminhar somente os rejeitos aos aterros sanitários;
- Promover o conceito de feira limpa com reaproveitamento de resíduos orgânicos e recicláveis;
- Valorização de resíduos de poda;
- Manejo e gestão de resíduos de Construção e demolição (RCd);

- Implantação de ECOPONTOS no Município de Sumaré, como uma das metas a ser executada dentro do Plano de Sustentabilidade Municipal;
- Manejo e aproveitamento de resíduos eletroeletrônicos e grandes objetos inservíveis;
- Erradicação da disposição irregular de resíduos em vias públicas;
- Instituir leis municipais para coibir o aumento da geração de resíduos, incentivando a reutilização de materiais com o estabelecimento de metas setoriais (contrapondo-se a proposições casuísticas e pontuais);
- Reduzir a quantidade de resíduos destinada à disposição final;
- Possibilitar o reaproveitamento de materiais recicláveis, reinserindo-os no ciclo de produção;
- Promover a inclusão social, com geração de renda e melhoria das condições de trabalho dos catadores, por meio de capacitação e formação continuada;
- Aumento do potencial econômico da comercialização dos recicláveis, por meio da triagem e beneficiamento;
- Desenvolver a cidadania e consciência ambiental da população, por meio da difusão de conceitos e práticas relacionados à educação ambiental;
- Impor o cumprimento dos investimentos e das metas contratuais da concessão dos serviços de limpeza, de forma cumprir a política nacional de resíduos sólidos aplicada de forma plena;
- Incentivo à criação de Centrais de Recuperação e Beneficiamento de Resíduos de Construção Civil;
- Implantação da COLETA SELETIVA de lixo para reciclagem, em primeiro plano na Administração Municipal e após à população;
- Estimular e apoiar processos de formação de educadores ambientais;
- Estimular e apoiar processos de formação ambiental continuada e inicial de professores dos sistemas de ensino;
- Contribuir com a organização de voluntários, profissionais e instituições que atuam em programas de intervenção, ensino e pesquisa em educação ambiental;
- Contribuir para a internalização da dimensão ambiental e cultura de paz nos projetos de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida, nas políticas e programas setoriais do governo em todas as suas esferas e setores, nas empresas, nas escolas e nas organizações da sociedade civil.
- Implantar programa de gestão participativa nos parques urbanos e lineares;
- Combate à Poluição atmosférica, por meio das seguintes ações:
 - a) dar continuidade à inspeção veicular, reformulando o modelo hoje em vigor e com a revogação da taxa criada pela gestão anterior;
 - b) implantar uma política de diálogo e parceria com os setores mais poluentes, visando a redução da emissão, criando metas definidas e buscando soluções inovadoras;
 - c) adotar um sistema de indicadores de poluição e uma política de metas para a melhoria das condições ambientais;
 - d) implantar um sistema de informação regionalizada da qualidade do ar;
 - e) estabelecer parceria com os demais municípios e com o governo do estado, com o objetivo de implantar política metropolitana pela melhoria da qualidade do ar;
 - f) promover o uso de energias renováveis e a substituição gradual dos combustíveis fósseis, com metas definidas, por outros de menor potencial de emissão de gases de efeito estufa e da poluição atmosférica em geral, como está explicitado no Programa de
- Adotar uma política inovadora de gestão de resíduos fundamentada na educação pelo consumo consciente que integre a proteção da saúde individual e pública e a qualidade ambiental, com critérios de não geração, redução, reutilização e reciclagem, inclusive aprofundando as práticas de separação e coleta seletiva;
- Implementar o Programa ABC - Áreas de Baixo Carbono por meio da delimitação gradativa de pequenas áreas urbanas para a convivência das pessoas em espaços públicos, com redução de emissões de gases

poluentes a partir de restrições à circulação de automóveis, privilegiando modais alternativos e transporte coletivo;

- Buscar parcerias com instituições empresariais e outras para apoiar as empresas na implantação de programas de gestão ambiental;
- Estabelecer metas de redução de emissões por meio do estímulo ao uso de energias menos poluidoras, dando ampla divulgação das medições e indicadores;
- Combater a poluição sonora em diversos pontos e horários da cidade, inclusive por meio de campanhas educativas;
- Estimular a criação de um centro de capacitação de profissionais em tecnologias e gestão ambiental urbana, em parceria com universidades.

Proteção aos Animais

- Criar o Fundo Municipal de Defesa e Proteção Animal;
- Implantar uma política pública de controle ético de populações de animais urbanos, por meio de programas permanentes, massivos e continuados de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos;
- Ampliar ações educativas junto a escolas, de modo sistêmico e continuadas;
- Incrementar o programa municipal de registro geral de animais e propiciar o levantamento da população animal de cães, gatos e cavalos nas áreas urbanas;
- Integrar os órgãos de assistência social para auxiliar na orientação das famílias com animais;
- Controlar e restringir o comércio e ação inclemente sobre criadouros clandestinos de animais;
- Praticar uma atuação eficaz e precisa da Fiscalização Municipal para o cumprimento das legislações vigentes de proteção e defesa dos animais, que atue de forma educativa, preventiva e punitiva;
- Orientar e integrar os órgãos de segurança pública para rápida e imediata tomada de providências em casos de maus tratos;
- Executar o projeto do Centro Municipal de Atendimento a animais em situação de risco;
- Criar o Selo Amigos dos Animais para estabelecimentos comerciais da área, clínicas veterinárias, veterinários autônomos, entre outros, que atuem em parceria com os objetivos da Prefeitura Municipal;
- Criar instância administrativa com orçamento definido;
- Definir políticas de proteção e defesa dos animais com bases e ações conjuntas com os municípios da Região Metropolitana de Campinas;
- Implantar unidades móveis de atendimento veterinário nas regionais da Prefeitura de Sumaré;

V. MOBILIDADE E TRANSPORTE PÚBLICO

- Adoção de Bilhete Único DIÁRIO, SEMANAL e MENSAL, com validade temporal definida, permitindo que o usuário realize tantas viagens quantas deseje nesse período, e com descontos maiores quanto mais longo for o período adquirido;
- Ampliação da fiscalização do cumprimento da lei Seca, em parceria com a Polícia Militar.
- Ampliação dos pontos de táxi nos bairros, de forma a garantir o serviço ao cidadão, e elaboração de estudos para ampliar o serviço de rádio táxi, o que tornará a atividade mais eficiente, com redução de desperdício de combustível, e trará maior segurança para o taxista e para o usuário;
- Ampliação para toda a cidade do programa de proteção ao pedestre;
- Aprimorar e ampliar os cursos de aperfeiçoamento para motofretistas e motoboys;
- Articular um plano municipal de logística urbana baseado nos seguintes princípios:
- Aumento da quantidade de equipamentos de controle de velocidade de motocicletas;
- Construção de um Plano de Adaptação de todos os equipamentos urbanos de transporte a portadores de deficiências, em respeito à legislação federal que trata do assunto;

- Construção do primeiro anel viário interligando os bairros mais distantes da cidade desta forma integrando o centro histórico da cidade;
- Construção do terminal municipal de ônibus para a interligação da região metropolitana;
- Construir espaços viários acalmados e zonas de baixo carbono: áreas de exclusão de carros e caminhões e de uso exclusivo de pedestres e bicicletas, ampliando o número de ruas de pedestres na cidade e ruas de tráfego local;
- Construir, restaurar e requalificar as calçadas de Sumaré, com ênfase no rebaixamento dos meios-fios nas esquinas para facilitar a acessibilidade, e na construção de passagens mais altas em nível principalmente ao longo do sistema trinário dos Setores Estruturais, junto aos pontos de ônibus, terminais de transporte, atrações turísticas e equipamentos urbanos e áreas de lazer dentro dos padrões técnicos e de qualidade exigidos pela legislação urbana;
- Criação de uma área técnica-administrativa dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Rural para tratar de maneira sistemática todos os assuntos que dizem respeito à logística da cidade;
- Criação do programa de recuperação das calçadas “Caminho Seguro”;
- Criar a Rede Municipal da Acessibilidade (trânsito e transporte) composta por pedestres, ciclistas, motociclistas, transporte coletivo, transportadores de bens, veículos particulares e de serviço;
- Criar bicicletários nos principais terminais de transporte coletivo.
- Criar Centros de Apoio aos Ciclistas (sanitários, vestiários, recepção e paraciclos) nos principais pontos de ônibus, escolas, postos de saúde, creches e parques;
- Criar o sistema de reserva de vagas com paraciclos nas áreas centrais das ARs;
- Criar sinalização viária específica, normas de prioridade e circulação, infraestrutura e equipamentos para o estacionamento e guarda de bicicletas junto aos principais centros de destino das viagens, às estações e terminais de transporte público;
- Criar uma rede de vias cicláveis, o que inclui ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas e rotas operacionais;
- Estimular o desenvolvimento de aplicativos para smartphones e outros para facilitar a mobilidade urbana;
- Execução do PAITT, Plano de Ações Imediatas de Trânsito e Transportes;
- Execução do Plano de Orientação de Tráfego – POT;
- Execução do Plano de Segurança Viária;
- Implantação de política pública extensiva para garantir a acessibilidade universal à toda frota de ônibus municipal e demais equipamentos urbanos de transporte, terminais, estações de transferência e travessias de pedestres;
- Implantar o programa “escola”, com melhoria da sinalização no entorno dos prédios e criação de programa de orientação de entrada e saída de alunos;
- Implantar o sistema cicloviário composto por uma rede viária conexa e contínua para a circulação segura das bicicletas;
- Implantar projeto de nomenclatura urbana para deficientes visuais;
- Implantar semáforo para pedestres em todos os cruzamentos de maior fluxo e faixa de pedestres nas ruas em que ela não existe;
- Implantar um programa de redução de acidentes no trânsito, com um projeto educacional de prevenção, fiscalização rígida, sinalização adequada;
- Implementação de mecanismos que possibilitem a gestão do transporte com uma visão metropolitana, defendendo que o planejamento e as decisões quanto aos investimentos e à organização das redes se faça com o envolvimento de todos os gestores dos modais existentes na Região Metropolitana de Campinas, obedecendo a critérios que tragam sempre os melhores resultados sob a ótica dos usuários;

- Incluir obrigatoriamente, quando da criação ou alargamento de vias, a construção de calçadas adequadas e faixas exclusivas para o transporte coletivo;
- Instituir um projeto educacional específico para o correto uso da motocicleta, principalmente como veículo de trabalho e transporte de bens;
- Investir em campanhas educativas permanentes que abordem os principais fatores de risco no trânsito: álcool, velocidade excessiva, avanço de sinal e desrespeito ao pedestre;
- Investir em campanhas para a criação de valores na sociedade, pautados no respeito às leis e na proteção da vida, em especial dos mais frágeis;
- Investir na modernização e manutenção adequada do sistema semafórico da cidade;
- Levar a educação de trânsito para todas as escolas públicas, com ênfase na segurança do pedestre;
- Programa de Requalificação da Operação da Rede de Transporte:
 - a) garantir o abastecimento, a distribuição de bens, serviços e o escoamento da produção;
 - b) adequação do tipo de veículo ao perfil de demanda de cada ligação ou corredor;
 - c) revisão da rede atual, com a eliminação da sobreposição de oferta nos eixos radiais e fortalecimento da oferta nos eixos perimetrais;
 - d) prioridade à operação dos corredores;
 - e) integração dos centros de controle de transporte e de trânsito que atuarão no sentido de poupar os ônibus dos congestionamentos;
 - f) ampliação da oferta de serviços nos finais de semana e à noite, com linhas 24 horas e evitando que o usuário espere pelo transporte por longos períodos;
 - g) adoção de um serviço de informações ao usuário que realmente o oriente em sua viagem.
- Programa de Construção de Novos Corredores e Faixas Exclusivas para Ônibus;
- Promoção do uso de energias renováveis e substituição gradual dos combustíveis fósseis por outros com menor potencial de emissão de gases de efeito estufa e da poluição atmosférica em geral;
- Promover estudo sobre o tráfego local e reordenar os fluxos viários em função do aumento da circulação de veículos nas regiões da cidade;
- Recuperar, expandir e modernizar os equipamentos de gestão e fiscalização;
- Redução de velocidade máxima nas vias arteriais, vinculada à implantação de ciclofaixas;
 - a) reduzir os conflitos de circulação de pessoas, bens e serviços;
 - b) reduzir os impactos da passagem dos veículos de transporte de cargas no trânsito.
- Rever os critérios de emissão de certidão de liberação de Polos Geradores de tráfego, impedindo o funcionamento de empreendimentos sem que sejam adotadas todas as medidas previstas;
- Revisão do Plano Municipal de Mobilidade.

VI. INFRAESTRUTURA

- Ampliação do programa de manutenção de estradas vicinais;
- Ampliação do sistema de sinalização horizontal e vertical das vias urbanas;
- Ampliar a cobertura de drenagem e pavimentação nos diversos bairros de Sumaré;
- Ampliar as ações de construção, reforma e manutenção de praças;
- Ampliar as ações de implantação de alamedas para corridas e caminhadas;
- Aprimorar as ações de arborização das praças e áreas livres no município, com destaque para a vegetação nativa;
- Aprimorar as ações de reforma e ampliação de mercados públicos municipais e feiras;
- Avançar nas ações de reurbanização das áreas verdes municipais;
- Calçamento das principais ruas e avenidas dos bairros da cidade em BLOQUETE SUSTENTÁVEL para ampliar a área permeável na cidade;

- Elaborar e executar projetos de drenagem das áreas mais críticas de alagamento da cidade de Sumaré;
- Elaborar o Plano Municipal de Ampliação dos serviços funerários, com construção de novo cemitério e velório em região centralizadora da cidade;
- Expandir a rede de iluminação de LED;
- Fortalecer as ações de restauro dos passeios públicos, praças e espaços de lazer;
- Fortalecer o programa de mobilização e educação ambiental;
- Fortalecimento da Secretaria Municipal de Obras e da Secretaria Municipal de Serviços para planejar novas praças, reforma e manutenção das existentes;
- Padronizar e organizar os usos dos banheiros públicos;
- Reforçar as ações de manutenção das vias de trânsito da cidade, de modo a garantir maior eficiência dos recapeamentos e das operações tapa-buraco;
- Reforma da feira municipal com a construção de um moderno centro de abastecimento que garanta higiene e qualidade nos produtos oferecidos aos INFRAESTRUTURA consumidores, bem como condições de armazenamento e comercialização para os agricultores familiares.
- Gestão junto aos Governos federal e Estadual para a construção de viadutos sobre a linha férrea

VII. GESTÃO PÚBLICA

- Valorização dos servidores públicos municipais, com melhorias nas condições de trabalho e identificação das necessidades de cada categoria;
- Criação da Escola de Governo para capacitar os servidores municipais e integrar os novos funcionários aos conceitos de humanização que serão implantados no governo;
- Revisão dos planos de carreira existentes e criação de novos planos para todas as categorias;
- Projeto para equiparação salarial dos servidores municipais, conforme legislação;
- Valorização dos servidores públicos municipais com programas;
- Criação de cronograma de pagamento de benefícios atrasados;
- Criação de um Conselho de Servidores, pautado pela transparência, que participará dos estudos em relação às legislações e benefícios dos servidores públicos municipais;
- Fortalecimento dos programas de saúde ocupacional.

VIII. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA ATUAÇÃO DO GOVERNO

- Ampliar e otimizar os investimentos em educação (até atingir 30% da receita de impostos e transferências), segurança, mobilidade, saúde e na cultura (1% do orçamento);
- Ampliar e otimizar os investimentos em educação (até atingir 30% da receita de impostos e transferências), segurança, mobilidade, saúde e na cultura (1% do orçamento);
- Aproveitar o desenvolvimento tecnológico em prol dos serviços ao cidadão e da eficiência dos processos da administração municipal;
- Assegurar uma gestão profissional dotada de instrumentos de planejamento e acompanhamento para toda a máquina municipal;
- Centralizar a definição da plataforma tecnológica a ser utilizada pelos órgãos públicos municipais, com capacidade de integrar as soluções hoje existentes;
- Colocar o cotidiano das pessoas como tema prioritário de governo, aproximando-o dos cidadãos;
- Conectar a infraestrutura física e a digital, definindo a utilização de plataformas de tecnologia que conversem entre si;
- Construir o Paço Municipal, centralizando todos os departamentos da Prefeitura de Sumaré;

- Contribuir para a formação de um ambiente de negócios altamente competitivo e para o crescimento econômico sustentável;
- Dar transparência dos gastos públicos, com publicação regular do orçamento municipal e da movimentação financeira do Município de Sumaré, dando oportunidade para que a sociedade acompanhe a execução financeira municipal, inclusive com a realização de audiências públicas de esclarecimento;
- Desburocratizar os procedimentos de registro e baixa;
- Estabelecer uma perfeita integração entre as políticas públicas municipais, estaduais e federais;
- Evoluir na acessibilidade e na qualidade da prestação dos serviços públicos municipais;
- Fortalecer o papel regulador e fiscalizador do poder público em relação aos serviços terceirizados e conveniados;
- Fortalecer os conselhos comunitários;
- Garantir maior igualdade de oportunidades para os jovens e crianças sumareenses;
- Garantir que os serviços públicos prestados pela Prefeitura tenham o mesmo padrão de qualidade em todas as regiões da cidade;
- Implementar o processo eletrônico, com certificação digital para todos os processos e procedimentos municipais, com obrigatoriedade de entrega da prestação administrativa em estrita observância da ordem cronológica de protocolização;
- Incluir a participação social como diretriz de governo através da implementação de diversos mecanismos de diálogo com a população como PPA Participativo e Criação ou ativação de Conselhos Municipais nas diversas áreas;
- Investir na modernização tecnológica da prestação de serviços públicos ao cidadão através de sistemas;
- Posicionar Sumaré como importante centro político e cultural no cenário regional;
- Potencializar a capacidade de investimento da Prefeitura através de parcerias com o setor privado e outras esferas de governo;
- Praticar a ética e combater a corrupção por meio de auditorias estratégicas e controle interno;
- Praticar uma gestão democrática, participativa e transparente com a valorização dos servidores públicos concursados;
- Promover o desenvolvimento de setores estratégicos para a economia sumareense;
- Realizar e manter atualizada a pesquisa de origem-destino na Região Metropolitana para conhecer os deslocamentos dentro de Sumaré e entre os municípios visando otimizar a operação da Rede Integrada de Transporte;
- Reduzir os indicadores de pobreza na cidade;
- Reestruturar e otimizar a estrutura da administração pública municipal;
- Tornar a gestão pública municipal um modelo em eficiência voltada para eficácia no atendimento ao público;
- Tornar Sumaré uma das cidades mais integrada do ponto de vista urbanístico e cultural;
- Transformar a cidade, dotando-a de equipamentos urbanos mais adequados às demandas e ao crescimento da população;
- Valorizar e garantir o uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural e histórico no processo de desenvolvimento da cidade;
- Valorizar, desenvolver e motivar os talentos humanos da Prefeitura.